



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Realizada em 17 de julho de 2024

N.º 17/2024

Aos dezassete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e quatro minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU), Fernando Miguel Catarino José (PS), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD).

O senhor Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz, (PS) esteve presente em substituição do senhor Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O senhor Vereador Domingos Moreira Semedo, (PS) esteve presente em substituição da senhora Vereadora Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 a 5.

O senhor Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 6 e 7.

Secretariou a reunião a Chefe de Divisão de Administração Geral, Sofia Isabel Lopes Casas Novas de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.

Ordem de Trabalhos

A) Período de Antes da Ordem do Dia

- 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
- 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

B) Período da Ordem do Dia

- 1. Projeto da Ata n.º 05/2024 - Reunião ordinária de 13 de março de 2024**
- 2. Projeto da Ata n.º 06/2024 - Reunião ordinária de 27 de março de 2024**
- 3. Projeto da Ata n.º 07/2024 - Reunião ordinária de 05 de abril de 2024**
- 4. Projeto da Ata n.º 08/2024 - Reunião ordinária de 17 de abril de 2024**
- 5. Deliberação n.º 400/2024 – Proposta n.º 26/2024 – GAP – Empreitada de Reabilitação da Rede de Água em Azeitão – 4.ª Fase” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar**
- 6. Deliberação n.º 401/2024 – Proposta n.º 27/2024 – GAP – Celebração de contrato de arrendamento – Serviços Municipalizados de Setúbal**

7. **Deliberação n.º 402/2024 – Proposta n.º 10/2024 – GADSEA – Proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição do Selo Verde – Certificado de Qualidade Ambiental do Municipal de Setúbal**
8. **Deliberação n.º 403/2024 – Proposta n.º 11/2024 – GADSEA – Regulamento do Conselho Municipal de Ambiente de Setúbal**
9. **Deliberação n.º 404/2024 – Proposta n.º 68/2024 – DAF/DICOR – Aprovação do início do procedimento de elaboração do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal**
10. **Deliberação n.º 405/20234 – Proposta n.º 76/2024 – DAF/DICOR – Adjudicação | Contratação de empréstimo de médio/longo prazo - Investimentos Municipais – PPI 2024 – Nova Submissão**
11. **Deliberação n.º 406/2024 – Proposta n.º 78/2024 – DAF/DICONT – 4.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 4.ª ao Plano de Atividades Municipal e 4.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
12. **Deliberação n.º 407/2024 – Proposta n.º 79/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto à fração autónoma “O” do prédio sito na urbanização Pote de Água, na Rua Dr. Álvaro Gomes, nº 8 – 6.º Esq.º, da Freguesia de São Sebastião, Setúbal**
13. **Deliberação n.º 408/2024 – Proposta n.º 80/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito em Terroa (Peixe Frito), na Rua Serra do Louro, nº 20, da Freguesia de São Sebastião, Setúbal**
14. **Deliberação n.º 409/2024 – Proposta n.º 81/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE – Hasta pública para alienação de 7 lotes de terreno para construção, sítos no Bairro do Viso e no Bairro Camolas, da União das Freguesias de Setúbal e da Freguesia de São Sebastião, Setúbal**
15. **Deliberação n.º 410/2024 – Proposta n.º 04/2024 – DCTUR – Edição de publicação sobre o Círculo Cultural de Setúbal**
16. **Deliberação n.º 411/2024 – Proposta n.º 13/2024 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 1/2024/DRH/SBS**
17. **Deliberação n.º 412/2024 – Proposta n.º 05/2024 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de licenças especiais de ruído – DASU-GAGIP**
18. **Deliberação n.º 413/2024 – Proposta n.º 16/2024 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro – Parceria Programa Nacional de Educação Ambiental Eco-Escolas 2023/2024**
19. **Deliberação n.º 414/2024 – Proposta n.º 32/2024 – DOM – CP 06/2024/DOM – Empreitada “Requalificação de infraestruturas e pavimentos da Avenida dos Ciprestes”: - Aprovação do relatório único, adjudicação e aprovação da Minuta do Contrato**
20. **Deliberação n.º 415/2024 – Proposta n.º 33/2024 – DOM – CP 09/2024/DOM – Empreitada “Requalificação de quarteirão urbano Joaquina Guerreiro, Lancha e Libânio Braga”: - Aprovação do relatório único, adjudicação e aprovação da Minuta do Contrato**
21. **Deliberação n.º 416/2024 – Proposta n.º 34/2024 – DOM – CP 04/2024/DOM – Empreitada “Requalificação de infraestruturas e pavimentos da Rua Eng.º Henrique Cabeçadas” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público**
22. **Deliberação n.º 417/2024 – Proposta n.º 35/2024 – DOM – CP 05/2024/DOM – Empreitada “Requalificação de infraestruturas e pavimentos na Av. de Moçambique - Setúbal” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público**
23. **Deliberação n.º 418/2024 – Proposta n.º 36/2024 – DOM – CP 20/2024/DOM – Empreitada “Execução do Parque Verde da Quinta da Amizade” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público**



24. Deliberação n.º 419/2024 – Proposta n.º 38/2024 – DOM – CP 25/2024/DOM – Empreitada “Refúgio climático da Várzea” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público - Candidatura a submeter, ao aviso “Lisboa 2030-2024-20 - Adaptação às alterações climáticas - ITI AML” .
25. Deliberação n.º 420/2024 – Proposta n.º 39/2024 – DOM – CP 26/2024/DOM – Empreitada “Valorização do corredor ecológico da Ribeira do Livramento” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público - Candidatura a submeter, ao aviso “Lisboa 2030-2023-13 - Conservação da Natureza, Biodiversidade e Património Natural - ITI AML”
26. Deliberação n.º 421/2024 – Proposta n.º 40/2024 – DOM – CP 28/2024/DOM – Empreitada “Remodelação do Campo de Futebol das Pedreiras” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público - Candidatura OIL – UFS - Setúbal, “Coesão Socio-Territorial através das margens” - Medida 4.1 reabilitação do Campo Municipal das Pedreiras do Viso
27. Deliberação n.º 422/2024 – Proposta n.º 77/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 16/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para aluguer operacional de viaturas ligeiras de passageiros, pelo período de 36 meses – Adjudicação
28. Deliberação n.º 423/2024 – Proposta n.º 95/2024 – DCDJ – Associação de Moradores da Aldeia Grande – Apoio financeiro
29. Deliberação n.º 424/2024 – Proposta n.º 96/2024 – DCDJ – APPACDM Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental – Apoio financeiro
30. Deliberação n.º 425/2024 – Proposta n.º 97/2024 – DCDJ/DICUL – Proposta de Deliberação sobre o Plano Estratégico Municipal Cultura Setúbal 2030 (PEMC.SET2030)
31. Deliberação n.º 426/2024 – Proposta n.º 98/2024 – DCDJ/DIDES – Apoio Financeiro a duas provas desportivas - Centro Ciclista Azeitonense
32. Deliberação n.º 427/2024 – Proposta n.º 99/2024 – DCDJ/DIDES – Apoio Financeiro - Clube de Amadores de Pesca de Setúbal
33. Deliberação n.º 428/2024 – Proposta n.º 100/2024 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 2.º trimestre de 2024
34. Deliberação n.º 429/2024 – Proposta n.º 133/2024 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua da Decapagem
35. Deliberação n.º 430/2024 – Proposta n.º 134/2024 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Av. Estuário do Sado
36. Deliberação n.º 431/2024 – Proposta n.º 135/2024 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Largo da Terroa
37. Deliberação n.º 432/2024 – Proposta n.º 136/2024 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Caminho António Inácio Marques da Costa
38. Deliberação n.º 433/2024 – Proposta n.º 137/2024 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua do Moleiro
39. Deliberação n.º 434/2024 – Proposta n.º 138/2024 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Caminho do Regato
40. Deliberação n.º 435/2024 – Proposta n.º 139/2024 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Largo Joana Luísa da Gama
41. Deliberação n.º 436/2024 – Proposta n.º 140/2024 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Travessa Maria Aboim Inglês
42. Deliberação n.º 437/2024 – Proposta n.º 141/2024 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua Cesário Verde
43. Deliberação n.º 438/2024 – Proposta n.º 142/2024 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição e anulação de topónimo – Azinhaga Serra do Besugo

44. Deliberação n.º 439/2024 – Proposta n.º 143/2024 – DURB/DIGU/SAIT – Pedido de Informação Prévia sobre viabilidade de operação de loteamento - Processo n.º 12/22
45. Deliberação n.º 440/2024 – Proposta n.º 144/2024 – DURB/DIGU/SAIT – Pedido de Informação Prévia para loteamento urbano - Processo n.º 46/23
46. Deliberação n.º 441/2024 – Proposta n.º 145/2024 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de alteração de edifício habitacional - Processo n.º 110/23
47. Deliberação n.º 442/2024 – Proposta n.º 146/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação de Projeto de Arquitetura – Obras de legalização, alteração e ampliação de edifício - Processo n.º 8/24
48. Deliberação n.º 443/2024 – Proposta n.º 147/2024 – DURB/GAPRU – Atribuição de Título de Utilização Privativa de Recursos Hídricos para implantação de esplanadas de apoio a Quiosque - Processo n.º 75/23
49. Deliberação n.º 444/2024 – Proposta n.º 148/2024 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de proibição para reforço da segurança rodoviária na passagem de nível da Cachofarra (PK 31,670 da linha do Sul)
50. Deliberação n.º 445/2024 – Proposta n.º 149/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 108/23
51. Deliberação n.º 446/2024 – Proposta n.º 150/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 12m2 - Processo n.º 675/16
52. Deliberação n.º 447/2024 – Proposta n.º 151/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 45m2 – Monoposte - Processo n.º 676/16
53. Deliberação n.º 448/2024 – Proposta n.º 152/2024 – DURB/GAPGPA – Autorização de transmissão de titular de título de utilização privativa do domínio público hídrico - Apoio balnear UB2, Praia do Creiro/Portinho da Arrábida

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 9;
- b) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 10;
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 11;
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documento anexo registado sob o n.º 12;



2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse decorrer uma obra na Praça do Brasil, frente à estação de caminho de ferro. A preocupação da sua bancada prendia-se com a construção de um parque infantil com o qual concordavam, no entanto, o referido parque era construído mais ou menos a 3 metros da estrada que passava ao lado, uma das estradas mais movimentadas do concelho de Setúbal.

Questionou se o projeto já previa uma proteção para o parque infantil, se existia alguma possibilidade ou não de uma criança sair do parque infantil, dirigir-se para a estrada, sem haver a hipótese de uma barreira que impedisse aquele movimento. Caso não existisse a referida barreira, questionou se previam colocá-la antes da inauguração do parque infantil, evitando uma possível tragédia.

Sr. Vereador Paulo Calado – Questionou se o protocolo de competências com as juntas de freguesia se mantinham ativo ou não. Sabendo que se mantinham, disse que se tratava de uma pergunta retórica, porque verificaram que existia quase que um surto de matagal pela cidade fora, mesmo em zonas que tinham calçada portuguesa. Sabia que a terra em Setúbal era muito rica ou estava muito adubada, no entanto, passava-se qualquer coisa, nomeadamente na União das Freguesias de Setúbal.

Sugeriu que fizessem menos festas e mais limpeza na via pública.

Disse que a câmara assumiu no mandato anterior o troço de estrada que ia da saída de Setúbal no sentido para Azeitão até um pouco depois do Hospital da Luz. A partir da parte que era da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, toda aquela estrada estava finalmente pintada na faixa de rodagem. Questionou se a Câmara Municipal também iria pintar a sua parte e se tinha havido ou não coordenação com a Infraestruturas de Portugal.

Questionou a razão pela qual ainda não foi pintada, porque dava um péssimo aspeto, dava a ideia de que quando mudavam de concelho mudava o tipo de asfalto, o mesmo acontecia naquele espaço.

Disse ser importante perceber o que se passava, intervindo o mais rápido possível e verificar se haveria coordenação com os outros institutos do Estado.

O Vitória Futebol Clube era uma instituição da cidade e um emblema da região, que durante anos tivera muitas intervenções de muitas pessoas, algumas delas bastante conhecidas na cidade, na política, nos partidos e também na sociedade civil. O Vitória Futebol Clube era uma instituição de todos os setubalenses e ia muito para além daquilo que eram os limites do concelho de Setúbal.

Questionou sobre o que a Câmara Municipal fez até ao presente e que apoio deu.

Perguntou qual o estado de situação relativamente ao Vitória Futebol Clube, que de acordo com a comunicação social estaria numa situação muito complicada.

Solicitou com a maior brevidade possível que naquele dia ou no dia seguinte fosse entregue aos membros daquela câmara, a lista de dívidas a fornecedores, a respetiva maturidade e também o quadro da execução orçamental até final de junho, a metade da execução orçamental do ano. Disse que ficaram preocupados com a solvabilidade e com a gestão financeira da Câmara. Para pudessem ficar mais tranquilizados era importante consultarem os respetivos documentos.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse ser recorrente a pouca pressão da água nas urbanizações de Vale Ana Gomes, Quinta da Amizade e Quinta da Serralheira, criando constrangimento à população, até mesmo no que respeitava a um ato tão simples de poder tomar banho.

Questionou o que provocava a falta de pressão da água, se existia conhecimento e o que estaria a ser feito no sentido de resolver a situação.

Disse terem conhecimento que na Quinta da Amizade existia cortes regulares no fornecimento de água, sensivelmente a cada 15 dias.



Perguntou se eram reparações em função de ruturas, se seriam reparações planeadas ou se os munícipes não tiveram conhecimento das mesmas. As pessoas tentavam contactar para um número fixo que estava disponível nos Serviços Municipalizados e não conseguiam estabelecer uma ligação para obter uma resposta.

Alertou para a praga de baratas, particularmente na Quinta da Amizade. Disse que recebeu um novo e-mail de uma munícipe que residia naquela zona e que lhes fez chegar por diversas vezes, assim como ao gabinete da presidência, queixas sobre a falta de desbaratização daquela zona. De acordo com informação fornecida pelo município foram feitas intervenções nalgumas ruas, mas não em todas, significava que o problema em determinadas zonas subsistia e agrava-se.

Disse existir um prédio devoluto na Rua Tenente Jean Raymond, n.º 13, no Bairro do Liceu, mas não estava devoluto de animais e era quase um pombal. Os pombos foram-se reproduzindo com todas as consequências que surgiam, quer na sujidade na via pública, assim como em questões de saúde pública, pelo acumular de excrementos e de animais que iam falecendo naquele espaço. Questionou se o município tinha conhecimento da situação e quais as ações que fizeram no sentido de notificar os proprietários, para fazer a limpeza do espaço.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Parabenizou o senhor Presidente por implementar na reunião os tempos de acordo com aquilo que era o regimento da Câmara Municipal. Porque o exemplo vinha de cima teriam que ser os primeiros a dar o exemplo, existia um regulamento e não o cumpriam.

Disse que no dia 6 de maio de 2024 fizeram um pedido de informação relacionado com as unidades especializadas nas escolas, de acordo com a última informação que tiveram, no 10 de julho, o executivo aguardava a informação dos agrupamentos escolares.

Preocupava-a que demorasse tanto tempo a reunir aquele tipo de informação, porque deveria ser um tipo de informação que as escolas já deveriam ter, até para monitorizar aquilo que seriam as respostas que davam às crianças.

Disse que não encontrou no site do município o regulamento de isenção do IMT, que estaria para consulta pública, pelo que pretendia a ajuda no sentido de perceber onde o mesmo se encontrava publicado.

Parabenizou o Instituto Politécnico de Setúbal, por alcançar um marco muito importante no que dizia respeito à acreditação. A agência A3ES acreditou o Instituto Politécnico de Setúbal, sendo um grande selo de qualidade daquilo que se fazia no Instituto Politécnico e do percurso que fez nos últimos anos, que os deixava bastante orgulhosos.

Felicitou o diretor do Agrupamento Barbosa do Bocage que tomou posse recentemente e fez votos que fosse um mandato de cooperação e de trabalho.

Questionou o senhor Presidente se já tinha sido enviado para as instituições do concelho, o aviso que dizia respeito ao fundo que aprovaram no final do ano no valor de 300 mil euros, para apoiar as várias entidades. Aquele aviso há 2 meses ainda não tinha saído, gostaria de saber se aquele processo já estaria concluído.

Sr. Vereador Domingos Semedo – Disse que cerca de 60% ou mais do Parque Verde da Bela Vista era de ervas secas e o risco de incêndio era evidente tendo em conta a época de verão. Questionou se existia um plano de intervenção. No estado em que se encontrava, a população não poderia desfrutar condignamente do referido parque.

Questionou sobre qual seria a situação do projeto das “Lojas Sociais” do Bairro da Bela Vista, que estavam inseridos no programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”.

Alertou pelas queixas da população referente à Estrada da Estefanilha, com enormes buracos na sequência das obras municipais e que não eram devidamente sinalizadas.

Sr. Vereador Fernando José – Saudou a senhora deputada municipal Ana Catarina Mendes, pelo início do mandato como eurodeputada. Tinham a certeza que seria uma voz ativa na defesa do distrito e em particular do concelho de Setúbal.

Relativamente aos apoios ao movimento associativo, na questão que lhe foi feita, há cerca de um mês e meio, o senhor Presidente afirmou em reunião de câmara, que os apoios aprovados estariam liquidados junto do movimento associativo até ao final de junho de 2024.

Caminhavam para o fim do mês de julho, pelo que questionou se as verbas chegaram ao movimento associativo conforme o senhor Presidente assumira em reunião de câmara. Disse que iria especificar relativamente a um apoio ao GATEM do Espelho Mágico, que tinha para além de vários espetáculos marcados pelo país alguns profissionais a seu cargo, os quais dependiam de apoios, que lhes foram reconhecidos e aprovados. De acordo com a mesma fonte, aquela instituição ainda não recebeu até à data qualquer valor.

Disse que houve um compromisso e desconheciam se aquela entidade seria um caso isolado ou se estariam perante outras situações.

Questionou se haveria alguma dificuldade de tesouraria ou se pudesse ter existido outro problema, uma vez que não tinha sido cumprido o financiamento no mês de junho.

Gostaria que fizessem uma previsão para quando a situação seria regularizada junto do movimento associativo.

Disse que os Vereadores do Partido Socialista afirmaram em várias reuniões de câmara e ainda recentemente o senhor vereador Domingos Semedo se referira ao descuido que acontecia um pouco por toda a cidade.

Disse que muitas daquelas situações tinham responsabilidade no cidadão, que muitas vezes também não tinha o cuidado que deveria ter, no entanto, em termos de manutenção dos espaços verdes, de manutenção dos espaços nos bairros e na questão da recolha dos resíduos, apesar de nas últimas semanas ter havido uma tentativa por parte dos serviços municipais de colmatar aquela lacuna, mas não foi suficiente para aquilo que acontecia um pouco por toda a cidade.

Disse haver algo mais grave, que o Partido Socialista alertou para a infestação de baratas e ratos e para a necessidade de haver uma desbaratização e uma desratização efetiva nos bairros identificados em várias intervenções feitas pelos vereadores do Partido Socialista e que foram sendo desvalorizadas nas intervenções do executivo municipal.

A situação chegou ao extremo, tiveram conhecimento que o espaço exterior da creche de Santa Maria do ACM tinha sido encerrado, porque existia uma infestação de ratazanas. A situação chegara a um ponto que já não sabiam a quem haviam mais de questionar.

Disse que teria que existir uma intervenção, não valia a pena continuarem com as desculpas que eram as pessoas que alimentavam os animais ou que existiam alterações climáticas que poderiam levar àquele aumento de ratos e de baratas por toda a cidade.

Nada justificava a inação por parte da Câmara Municipal, a situação era grave, já tinha chegado ao limite e não poderia continuar. Chegar ao ponto de ter que fechar uma creche, porque o seu espaço exterior tinha sido infestado por ratazanas.

Aquilo não era da imaginação dos Vereadores do Partido Socialista, eram situações que aconteciam na cidade de Setúbal.

Era preciso da parte do senhor Presidente uma resposta afirmativa e efetiva sobre aqueles problemas que afetavam o dia a dia dos setubalenses.

Sra. Vice-Presidente – Informou o senhor Vereador Fernando José que as questões que colocou não eram desvalorizadas, porque os serviços da câmara faziam diariamente o seu trabalho no melhor que podiam e com os meios que tinham.

No caso das pragas, para além dos serviços camarários também tinham uma empresa que era responsável pela contratualização de uma prestação de serviços, que tinha a responsabilidade no espaço e nos edifícios municipais. A questão relativamente ao ACM só foi dada conhecimento naquele dia à câmara, a qual iria agir de imediato.

Relativamente ao espaço exterior da instituição seria da responsabilidade dos próprios, porque as ações teriam que ser concertadas e quando a câmara fosse fazer na rua a própria

instituição teria de fazer dentro do seu edifício. A União de Freguesias fizera uma ação de desratização e desbaratização no mês de maio. Os técnicos da câmara deslocaram-se à Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.

Relativamente às novas urbanizações, tiveram que ir à Freguesia de Azeitão e Freguesia do Sado, naquele momento estavam na Freguesia de São Sebastião. Muitas vezes aquilo que acontecia e poderia dar a ideia que as ações não eram feitas, porque quando os produtos eram colocados havia um maior avistamento de animais, no entanto, não significava que não fosse feito o trabalho de desbaratização. Contavam poder fazer a cada 4 meses uma ação preventiva por todos os bairros e não apenas onde poderia haver mais propensão de pragas. Disse que fizeram as ações preventivas em todas as zonas envolventes de onde existiam situações mais problemáticas. Sabiam onde os saneamentos eram mais antigos, onde as condutas eram únicas o problema era mais grave. Informou o senhor vereador que ninguém desvalorizava a situação.

O senhor Vereador achava que só pelo facto de apresentar em reunião de câmara é que as coisas se faziam.

Disse trabalharem todos os dias, agradecia muito a atenção do senhor vereador, as suas propostas e sugestões e teria a certeza que tudo o que o senhor Vereador ali colocasse, seria sempre remetido aos serviços para tratamento adequado.

Relativamente à questão dos pombos, disse ser um problema grave que acontecia nos edifícios que estavam abandonados. Verificaram uma redução de pombos na cidade de Setúbal graças ao trabalho dos técnicos da Câmara Municipal, mas ainda havia questões graves, sendo que aquele seria um dos edifícios problemáticos, e referiu que muitos de outros edifícios foram emparedados, cujos proprietários já tomaram as devidas medidas. Naquele caso certamente que os serviços teriam feito todas as diligências, no entanto, iria confirmar para na próxima reunião poder informar o senhor vereador, se os proprietários já tinham sido notificados.

Quanto à questão das ervas no Parque Verde da Bela Vista, disse que o Parque Verde da Bela Vista era um parque diferente, tinha um grande espaço relvado e depois tinha em toda a sua volta um prado sequeiro. Normalmente o prado sequeiro tinha dois cortes por ano, enquanto espaço central relvado era feito o corte da relva normal. Disse que iria verificar com os serviços se estaria na altura de procederem à sua manutenção. Disse que naquele momento já tinha feito muitos trabalhos de desmatação, tendo em conta o risco de incêndio e se as ervas estivessem altas certamente que teriam de ser cortadas.

Informou a senhora Vereadora Sónia, apesar de estar ausente da sala, que relativamente às crianças com necessidades educativas específicas e a questão das unidades especializadas, o pedido seguiu para os agrupamentos, mas terão seguido recentemente. Lembrou estarem numa altura crítica de final de ano letivo, em que os senhores diretores tinham “*mil e uma*” solicitações, sendo confrontados com problemas graves relacionados com definição dos tempos letivos, critérios para os horários, portal de matrículas, alunos que não estavam inscritos por desaparecerem do sistema e que não tinham colocação. Solicitou à senhora vereadora Sónia, um pouco mais de paciência, porque logo que os dados chegassem à câmara seriam compilados e quando estivessem disponíveis enviariam.

Disse existir um número crescente de alunos com necessidades específicas nas escolas do nosso concelho, desde o pré-escolar até ao 12.º ano.

A câmara tinha através do seu observatório alguns daqueles estados e na última reunião do Conselho Municipal de Educação avaliaram aquelas questões e combinaram desenvolver um memorando sobre todas as preocupações do Conselho Municipal relativamente ao ano letivo passado, nomeadamente na questão da falta de professores, da colocação dos professores e das preocupações que o Conselho Municipal de Educação tinha para o ano letivo 2024-2025.

O objetivo daquele documento, após ser validado por todos os conselheiros, podia ser encaminhada para os senhores vereadores para apreciação em reunião da Câmara Municipal e também para a sessão da Assembleia Municipal, assim como para o Ministério da Educação que tutelava aquela área. Naquele memorando também iriam ter um retrato mais pormenorizado relativamente às crianças com necessidades específicas.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Informou o senhor Vereador Joel Marques que iria verificar se existia processo e se corria já a notificação ao proprietário do imóvel devoluto na Rua Tenente Jean Raymond, porque naquele momento não tinha nenhuma informação. Relativamente à pintura da Estrada Nacional 10, competência do IP, a mesma não foi articulada nem comunicada aos serviços do município, tomaram conhecimento como qualquer um utilizador daquela estrada.

Quanto ao parque infantil da Praça do Brasil tinha a vedação nos termos da lei, estando salvaguardado o cumprimento da legislação aplicável naquelas situações.

Relativamente ao regulamento do IMT, estava publicado no site e já tinha sido publicado em Diário da República para efeitos de discussão pública.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Informou que relativamente às questões colocadas do Vale Ana Gomes e Quinta da Serralheira sobre a falta de pressão da água disse que não tinha informação e que iria saber o que se passava.

Em relação a cortes de água, houve duas ruturas na Rua da Mexoeira e na Praceta do Hortelão, levando a um corte temporário de água.

Quanto à recolha de resíduos, disse que era feito um esforço muito grande por parte dos Serviços Municipalizados de dotar os serviços de meios e recursos, viaturas de recolha de lixo, recolha de monos e de mais recursos humanos, sendo que a intervenção no terreno melhorou muito quer no tipo de recolha, quer na visitação aos espaços concretos.

Disse estarem numa situação de melhoria de comunicação na deposição de monos que ainda eram colocados um pouco “*ad hoc*”, a informação sobre a matéria iria melhorar, uma vez que os Serviços Municipalizados e as juntas de freguesia ofereciam uma recolha programada. Não havia necessidade de as pessoas colocarem os monos a qualquer hora ou em qualquer dia. Trava-se de um processo que teriam de acompanhar em termos de evolução.

No ano anterior, por esta altura, na Av. Luísa Todi, na Av. José Mourinho, nas Fontainhas e noutros espaços da cidade, o depósito de resíduos orgânicos em contentores comuns, decidiram fazer uma recolha seletiva dos orgânicos à restauração e a situação alterou-se radicalmente.

Disse haver uma alteração profunda naquelas vias e noutras vias da cidade onde optaram pela recolha de orgânicos à restauração. Também foi alargada a recolha de orgânicos porta a porta e a recolha de orgânicos coletiva nas grandes urbanizações, num processo de desenvolvimento e crescimento daquele tipo de recolha.

Em Azeitão desenvolveram um novo método de recolha de monos e de verdes serem depositados no Choilo, o espaço tinha sido encerrado, porque não tinha as condições legais face à nova legislação e decidiram estabelecer novo sistema de recolha em Azeitão, que passou para uma recolha diária, sete dias por semana, tendo provocado uma melhoria na recolha. Seria natural que houvesse determinados pontos com problemas de resíduos, mas de acordo com o “feedback” que tinham dos municípios era um “feedback” positivo da evolução da situação. Agradeciam qualquer nota que existisse de situação irregular de deposição ou uma situação menos conseguida de higienização de contentores, para poderem intervir de imediato.

Disse que introduziram também e funcionava com regularidade, uma recolha complementar, com uma viatura específica, para acompanhar a recolha de resíduos nos contentores enterrados e nos contentores de 800 litros, para complementar e higienizar os espaços.

Evoluíram para uma limpeza e lavagem sistemática dos contentores, assim como para a substituição contentores, porque já tinham substituído cerca de mil contentores e trabalhavam com uma lavagem muito superior ao ritmo que existia anteriormente, quer nos enterrados, quer nos contentores de 800 litros.

De acordo com as notícias, aquilo que se passava em Lisboa relativamente aos resíduos havia uma situação muito preocupante, relacionado com a pressão turística e também com outros problemas.

No conjunto dos municípios da região da grande Lisboa a situação não era muito melhor.



Em Setúbal de acordo com o registo, houve uma alteração positiva na recolha de resíduos e poderia assumir perante a câmara que a situação iria melhorar, uma vez que tomavam medidas para irem mais longe na capacidade de garantir um município de cada vez mais limpo e cada vez mais saudável para os seus munícipes.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Relativamente à questão colocada da pressão de água nos loteamentos de Vale Ana Gomes, Quinta da Amizade e Serralheira, admitia que fosse um problema objetivo e que os Serviços Municipalizados pudessem ter alguma informação. Obviamente que o problema existia e teria que ser encontradas as medidas para o corrigir, no entanto, ele não resultava de uma ausência de planeamento do momento em que aqueles loteamentos foram criados.

Em 2000 foram aprovados loteamentos para uma capacidade de mais de mil lotes, mas não foram salvaguardados os reforços das infraestruturas de abastecimento daquele território, tal como não foram salvaguardadas o reforço das infraestruturas rodoviárias, tal como não tinha sido salvaguardado as questões do transporte rodoviário.

Tudo o que se fazia a partir dali seriam paliativos, que só resultaria de uma prática e de uma forma de planeamento que atualmente restaria resolver e colar as peças que não ficaram acauteladas à data da aprovação dos loteamentos.

Sr. Vereador Pedro Pina – Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que tinha sido enviado, no âmbito da responsabilidade da Câmara Municipal no quadro do CLAS, para as instituições particulares de solidariedade social, de acordo com aquilo que era a base que tinham do anterior processo de apoio às instituições, para que as mesmas se pudessem pronunciar com aquilo que eram as regras, para poderem apresentar as propostas no âmbito daquilo que eram os apoios sociais aprovados naquela reunião de câmara.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que em tempo levantou um assunto, com o qual a sua bancada não concordava profundamente, que estaria relacionado com a estratégia. Aquilo que tinha sido dito ao Clube Desportivos os Africanos sobre a necessidade de criar uma equipa e após criarem a equipa de futebol, o município de Setúbal iria corresponder às necessidades do clube, fomentando as devidas obras no Campo do Forte da Bela Vista.

Questionou se aquela política de desenvolvimento desportivo dava resultados, se o clube já tinha conseguido arranjar os atletas, se estaria prevista a obra e para quando.

Disse ter a informação de que, felizmente, a União Desportiva do Casal das Figueiras conseguira um pequeno espaço junto ao Casarão para fazer alguns treinos de futebol, conseguindo juntar dezoito crianças que iriam formar uma equipa de futebol de sete na próxima época.

Disse que também tinha a informação que o pedido de utilização de um campo do concelho já tinha sido enviado para Câmara Municipal de Setúbal. Questionou se a resposta já tinha sido dada ao clube, se já tinham encontrado solução, caso ainda não foi dada quando iria ser dada. Não seria em setembro ou outubro que se iria formar uma equipa para disputar os campeonatos, era naquela altura que se formava a equipa, começava a preparar a época e o clube precisava de uma resposta óbvia.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a senhora Vereadora Rita Carvalho remeteu para um plano de loteamento com mais de 20 anos, a responsabilidade por aquilo que era a falta de pressão na água que sentia atualmente, quando naquele momento não tinham um aumento significativo da densidade populacional naquelas três urbanizações face ao que tinham há dois ou três anos, o problema sentia-se no presente e não se sentia no passado.

Ter vindo justificar aquela questão com aquilo que foi o plano de urbanização de há 20 anos, parecia "*desculpas de mau pagador*".

No final da reunião iriam avaliar um PIP para uma urbanização que deveria ter entre 80 a 100 fogos, a construir eventualmente em frente à Escola Secundária Lima de Freitas.



Questionou sobre qual o reforço da rede de água, da rede de esgotos e da rede viária estava prevista para aquela zona, para dar resposta àquilo que seria o reforço da procura, por terem um número muito mais significativo de habitantes no futuro do que no presente.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que o senhor Vereador Joel Marques tentara iludir a questão e percebia perfeitamente que a ausência de abastecimento de água resultava de uma falta de planeamento quando se considerou para aquele território, mais de mil fogos, tal como outros problemas resolvidos ao longo dos últimos anos. Sobre o loteamento que iriam aprovar, sugeriu que se falasse no momento certo.

Sr. Presidente – Agradeceu aos vereadores as questões colocadas que lhes permitiram tomar as medidas que ainda não foram tomadas e a identificar problemas que existiam. Disse estarem num espaço urbanizado e com uma grande pressão sobre o território, sendo normal que fossem surgindo problemas e para isso cabiam aos serviços poderem estar atuantes com as informações que muitas das vezes chegavam pela via dos senhores vereadores, quem tinham melhores condições para fazer as intervenções, daí o seu agradecimento sobre as questões que eram identificadas pelos vereadores.

Disse que quando se falava de questões relacionadas com o urbanismo, os problemas que não se resolveram que foram criados há 20 ou 30 anos, uma grande parte deles iriam perdurar durante o tempo. Deu como exemplo o que aconteceu em Brejos de Azeitão, tendo o executivo CDU estabelecido que todos os anos identificariam um milhão de euros para investir em Brejos de Azeitão. Estaria a falar de arruamentos que estavam em terra batida, que não tinham infraestrutura de abastecimento de água, de saneamento, de pavimento e de águas pluviais.

Logo nos primeiros anos identificaram a situação e foram fazendo ao longo de quase 22 anos de executivo CDU, intervenções para resolver o problema daqueles arruamentos, da vida daquelas populações. Começaram pelo que lhes parecia mais fácil, por situações cuja gravidade não seria necessário construir as infraestruturas para as águas pluviais.

Entretanto, ao longo do tempo tiveram que fazer intervenções, como acontecia no presente, os vereadores tiveram oportunidade de ver dois arruamentos em Brejos de Azeitão, apresentados na segunda-feira, que iriam ter intervenção com todas as infraestruturas necessárias, pelo que se verificava o volume do investimento que era necessário fazer para aqueles arruamentos.

Tudo aquilo estaria relacionado com licenciamentos que foram sendo feitas noutro tempo.

Quanto às urbanizações da Quinta da Amizade, Vale Ana Gomes e da Quinta da Serralheira, o que estava em causa, tal como tinha sido referido pela senhora vereadora, foi a aprovação de loteamentos com uma capacidade de construção de concentração de milhares de pessoas. Quando foram aprovados os loteamentos também foram aprovadas as infraestruturas, para dar resposta às pessoas que se iriam instalar.

Disse que agora aquelas urbanizações ficavam completas em termos de construção, mas foram 20 anos a construir, porque a construção não dependia da Câmara Municipal, mas dos privados.

Aqueles licenciamentos foram feitos há cerca de 20 anos e era ali que residia a origem do problema grave, a falta de saneamento, o abastecimento de água, a capacidade, as infraestruturas, as vias de comunicação e a questão dos transportes que felizmente, a situação estaria a caminho de ser regularizada, porque tinham uma empresa pública com capacidade progressivamente para dar resposta àquelas populações.

Disse que aqueles loteamentos foram feitos sem considerar a necessidade da colocação dos equipamentos de recolha dos resíduos, sendo um bom exemplo da forma com aquelas urbanizações foram penalizadas da forma como foram aprovados aqueles loteamentos.

Aquela sua intervenção não era para acusar ninguém, mas para dizer que existiam problemas e designadamente aqueles que estariam relacionados com o urbanismo, que se prolongariam no tempo por 20, 30, 40, 50 anos ou até por mais anos, porque não iriam deitar abaixo as casas, não iriam dizer numa determinada urbanização que havia um conjunto de pessoas que

não poderiam lá viver, porque não tinha sido planeado à partida a quantidade de pessoas que iriam utilizar aquelas organizações, sendo que as infraestruturas tinham que ser planeadas de acordo com aquelas necessidades.

Disse que a gestão CDU continuava a resolver problemas que foram há 30 anos. Pretendia deixar aquela nota sem fazer acusações a ninguém, serviria para que todos tivessem consciência de muitos dos problemas que aconteciam e que tiveram origem há 20 ou 30 anos.

No que se referia à questão das pragas, lembrou que a senhora vereadora Patrícia Paz no ano anterior, mais ou menos naquela altura, colocara exatamente a questão do crescimento daqueles problemas. A senhora Vereadora colocou muito bem a questão, porque falou de uma situação, que estava associada ao problema das alterações climáticas.

Disse terem um contrato com empresas da especialidade, as quais faziam duas intervenções anuais em locais que escolhidos pelas empresas, porque sabiam onde deveriam intervir no sentido de combater as pragas. Normalmente faziam aquele tipo de contratos por um período de dois a três anos e há alguns anos a situação alterou-se e no ano anterior, quando a senhora vereadora levantara a questão, tiveram que contratar um reforço à empresa para dar resposta aos problemas que aconteciam.

O que acontecia era idêntico ao que aconteceu no ano passado que naquela perspetiva se agravaria no futuro. De acordo com a avaliação da empresa, existiam situações que aconteciam e que tinham efeitos externos.

Aquele problema preocupava-os e quando fosse a próxima contratação de uma empresa para prestar aqueles serviços, teria de ser feito de uma forma reforçada. Aquelas empresas eram chamadas pontualmente, mas também os serviços da câmara iam intervindo em situações pontuais.

Do ponto de vista geral, aquele era um problema com o qual se confrontavam e que teria tendência para se agravar.

Informou o senhor Vereador Fernando José, de acordo com a sua afirmação, até ao final de junho de 2024 previam que estivesse pago todos os apoios ao movimento associativo referente a 2023.

Naquilo que se referiu ao Espelho Mágico, disse estar a pagamento e o Espelho Mágico tinha conhecimento de que estava a pagamento aquele apoio. Desconhecia de que anos era aquele apoio, até porque já apagavam alguns apoios referentes a 2024.

Informou o senhor vereador Paulo Calado, relativamente ao protocolo com as juntas de freguesia, disse haver uma particularidade no que dizia respeito à União das Freguesias de Setúbal.

A intervenção relativamente às ervas no espaço público era normalmente feito através da utilização herbicidas que por força da legislação eram produtos mais amigos do ambiente e menos penalizadores da saúde pública e quando os trabalhadores da União de Freguesias começaram a utilizar os herbicidas, começaram a ser perseguidos por algumas pessoas tirando fotografia do telemóvel e publicando nas redes sociais, tendo havido uma reação por parte dos trabalhadores relativamente aquela situação, pelo que teriam de ter em conta aquelas situações e a junta de freguesia teve de desenvolver um procedimento para contratar uma empresa.

O procedimento estava concluído e a empresa já intervinha, esperavam que rapidamente aquela situação fosse ultrapassada.

Disse que se tratavam de pessoas e como tal teriam que ter o maior respeito pela dignidade das pessoas, pelo trabalho que desenvolviam e pela forma como eram utilizados no desempenho das suas funções.

Agradeceu a questão colocada pelo senhor Vereador, porque as pessoas falavam muito das ervas, mas não tinham condições para falar daqueles assuntos e dando resposta de imediato à situação criada, porque quando desencadeavam um procedimento para contratar uma empresa, a contratação pública exigia alguns meses para desenvolver um processo e foi aquilo que aconteceu e naquele momento a situação era resolvida por força da contratação de uma empresa.

Informou o senhor Vereador Nuno Cruz que os parques infantis tinham regulamento próprio, existia uma lei que obrigava à vedação dos parques infantis.

Pedi desculpas por se alongar, mas os senhores faziam tantas questões, das quais agradecia que o fizessem, que para dar resposta era preciso gastar mais tempo e como deveria dar o exemplo, o qual não seria o melhor, no entanto, pedia a compreensão dos vereadores para o facto.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que da sua parte poderiam exceder o tempo lhes restava para responder às perguntas que fez.

Em réplica à senhora Vereadora Rita Carvalho que a questão de que não houve coordenação com a Infraestruturas de Portugal tinha-se percebido, no entanto, ficava a questão, para quando a continuação daquela pintura, até pelo menos à entrada da cidade, porque era uma questão de dignidade. Aquela era a resposta que pretendia obter.

Disse haver outras questões que colocou como seria o caso do Vitória Futebol Clube e os documentos que solicitaram e que gostaria da confirmação que iriam ser entregues atempadamente.

Disse que a sua bancada poderia ceder os dois minutos que lhes restava para obter resposta às questões colocadas.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Paulo Calado, relativamente ao troço da estrada que a Câmara Municipal assumira, porque o hospital entendera desenvolver um processo de ampliação e naquele quadro a Câmara Municipal entendera negociar com a IP e fazer a passagem daquele troço para a Câmara Municipal, porque teriam que ser criadas infraestruturas.

Disse que falou com a senhora administradora do hospital devido ao estacionamento de todos aqueles carros ao longo da estrada, de acordo com indicação da senhora administradora, o processo da nova construção parou, mas iria retomar. O processo avançava e a breve prazo haveria obra, estando previsto a criação de uma rotunda naquele espaço e retirar os carros que estacionam na berma daquele troço, para que a ampliação do hospital pudesse acomodar toda aquela situação, ficando um troço com a dignidade que era necessária. Aquela era a razão por que não havia necessidade de uma intervenção maior naquela zona, a não ser o problema do estacionamento indevido. Disse que deveriam criar as condições para a empresa poder fazer o investimento necessário para regularizar a situação.

Relativamente ao Vitória Futebol Clube, disse que a Câmara Municipal fazia tudo aquilo que entendia ser da sua competência, para dar resposta positiva a Vitória. Aquilo que dependeria da Câmara Municipal corria bem. Relativamente às decisões que dependiam do Vitória, a Câmara Municipal não teria que se pronunciar. A breve prazo seria público aquilo que acontecia, não poderia falar mais sobre o assunto, mas poderia dizer que aquilo que dependia da Câmara Municipal corria bem no que dizia respeito aos interesses do Vitória.

Agradeceu pela cedência do tempo.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 13 a 15.

“Saudação

32.º aniversário Associação de Aikido do Sul

A Associação de Aikido do Sul assinalou o seu 32º aniversário no passado dia 16 de julho. Fundada em 1992, celebra 32 anos de atividade e de contributos significativos para o desenvolvimento desportivo e para a prática da modalidade de aikido na nossa região.

A Associação tem sido uma referência na promoção do aikido, incentivando a prática desportiva e transmitindo os valores fundamentais que esta arte marcial representa. Através do aikido, tem-se promovido a autoconfiança e a serenidade, valores essenciais para o

crescimento pessoal dos praticantes e para a construção de um caráter sólido na comunidade.

Neste aniversário, reconhece-se o papel crucial que a Associação de Aikido do Sul desempenha na formação de indivíduos mais equilibrados e conscientes, contribuindo para uma sociedade mais harmoniosa e resiliente.

Saúda-se, com entusiasmo, a dedicação e o empenho de todos os membros e instrutores que, ao longo destes 32 anos, têm trabalhado incansavelmente para o sucesso da Associação e para a promoção dos valores do aikido. Que os próximos anos sejam repletos de continuidade, sucesso e crescimento.”

“Saudação

49.º aniversário União Desportiva e Recreativa das Pontes

A União Desportiva e Recreativa das Pontes assinalou o seu aniversário no passado dia 15 de julho, celebrando 49 anos de história desde a sua fundação em 1975. Esta coletividade, que no ano passado foi a grande vencedora do concurso das Marchas Populares de Setúbal, continua a ser um pilar fundamental para o desenvolvimento cultural e desportivo do concelho.

A União Desportiva e Recreativa das Pontes tem sido um ponto de referência cultural na comunidade, promovendo eventos, atividades e iniciativas que enriquecem o panorama cultural da região. O seu compromisso em proporcionar momentos de lazer e entretenimento contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Neste aniversário, celebra-se o legado de quase meio século de contributos valiosos e desejamos que a União Desportiva e Recreativa das Pontes continue a inspirar e a promover a cultura e o desporto em Setúbal, fortalecendo os laços comunitários e enriquecendo a vida de todos os envolvidos.”

“Saudação

136.º aniversário Associação de Socorros Mútuos Setubalense

A Associação de Socorros Mútuos Setubalense assinalou o seu 136.º aniversário no passado dia 15 de julho. Fundada em 1888 com o objetivo de colmatar as necessidades das classes trabalhadoras, especialmente no acesso a cuidados de saúde, a A.S.M.S continua a desenvolver um trabalho fundamental junto daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, através da sua atividade de caráter social.

Os valores fundamentais que norteiam a Associação de Socorros Mútuos Setubalense e os seus profissionais são a inovação, renovação, compromisso, partilha, abrangência, dinamismo, formação, rigor e qualidade. Estes valores orientam um desempenho de excelência, baseado no respeito pela dignidade humana e na responsabilidade social.

Neste momento de celebração, é importante reconhecer o impacto positivo que a Associação de Socorros Mútuos Setubalense tem tido na comunidade setubalense ao longo dos anos. A sua dedicação em proporcionar cuidados de saúde e apoio social de qualidade é um testemunho do seu compromisso em melhorar a vida dos seus associados e utentes.

Que continuem a ser um exemplo de excelência, proporcionando serviços de saúde e apoio social que promovam o bem-estar e a qualidade de vida de todos aqueles que recorrem à vossa instituição.”

Sr. Vereador Domingos Semedo – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 16 a 25.



**“Saudação
Instituto Politécnico de Setúbal alcança acreditação máxima da A3ES**

Pela primeira vez, o Instituto Politécnico de Setúbal obteve a acreditação máxima por parte da A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, válida pelo período de 6 anos e sem condições.

A decisão, comunicada no passado dia 11 de julho pelo Conselho de Administração da A3ES, é referente à Avaliação Institucional e resulta de uma análise rigorosa do IPS nas suas várias dimensões de trabalho – estratégia e liderança, qualidade do ensino, investigação e transferência de conhecimento, internacionalização e cooperação e qualidade dos recursos disponíveis – tendo contemplado também o Sistema Interno de Gestão e Garantia da Qualidade (SIGGQ).

O processo, que culminou neste importante reconhecimento, foi composto pela elaboração de um relatório de autoavaliação e por uma visita ao terreno por parte da Comissão de Avaliação Externa (CAE), envolveu os contributos de toda a comunidade académica, entre trabalhadores, docentes e não docentes, investigadores, estudantes, diplomados e também entidades parceiras do IPS.

Os Vereadores eleitos pelo PS saúdam e felicitam o Instituto Politécnico de Setúbal, a sua presidente, a Professora Doutora Ângela Lemos, e nela todos aqueles e aquelas que, diariamente, desenvolvem um trabalho de excelência, que tem vindo a permitir o reconhecimento desta instituição, com a atribuição de diversas distinções, tanto a nível nacional como internacional. O IPS é uma referência no ensino politécnico e no ensino superior em Portugal, uma verdadeira mola impulsora para a dinamização, evolução e desenvolvimento do nosso concelho e região.”

**“Saudação
Arquitetos setubalenses conquistam prémio internacional**

Inês Vieira da Silva e Miguel Vieira, do atelier SAMI-arquitectos, localizado na Baixa de Setúbal, conquistaram o RIBA International Award for Excellence 2024, um prémio internacional atribuído pelo Royal Institute of British Architects, do Reino Unido, que celebra edifícios de todo o mundo que demonstram pensamento visionário, excelência de design e impacto social.

Os dois arquitetos, também professores no Instituto Superior Técnico de Lisboa, integraram a lista dos 22 vencedores (de 14 países) deste prémio, através do trabalho desenvolvido no edifício da Adega da Azores Wine Company, na ilha do Pico, em colaboração com DRDH-Architects.

O edifício, inspirado na natureza e construído a partir das rochas de lava que formam os terraços artificiais da adega, foi classificado como “exemplar na sua relação com o cenário”.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam Inês Vieira da Silva e Miguel Vieira pela importante distinção, fazendo votos de continuação do trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

**“Saudação
Vitória Futebol Clube vence a IberCup Estoril 2024**

A equipa de sub-13 do Vitória Futebol Clube alcançou um feito histórico ao sagrar-se, pela primeira vez, campeã da IberCup Estoril, um dos maiores e mais internacionais torneios de futebol juvenil do mundo.

A edição de 2024 desta competição realizou-se nos dias 6 e 7 de julho, no Estádio António Coimbra da Mota, no Estoril e contou com a participação de equipas de todo o mundo.

Para vencer e trazer o troféu para Setúbal, a equipa vitoriana defrontou o Belenenses num jogo que ganhou por 4-2, com os golos de Tomás Dias, Gabriel Vieira, Guilherme Alberto e Matheus Alves.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Vitória Futebol Clube, a equipa técnica e os jogadores pelo resultado obtido nesta competição, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Atletas vitorianos conquistam Campeonato Nacional de Kickboxing

O Vitória Futebol Clube participou no Campeonato Nacional de Kickboxing 2024, que se realizou nos dias 6 e 7 de julho, no Pavilhão Desportivo Multiusos de Odivelas e que contou com a participação de 1050 atletas e 130 clubes.

Os atletas vitorianos obtiveram excelentes resultados e alcançaram o pódio em diversas categorias. Maxin Lylik sagrou-se Campeão Nacional na categoria +69kg - light contact e Savelie Para, Rafael Aires, Guilherme Guerreiro e Paulo Joaquim sagraram-se Vice-campeões nacionais nas categorias -47kg -light contact, -69kg - light contact, -57kg - light contact e -60kg - light contact, respetivamente. Já Leonor Guerreiro e Maria Inês Telhal alcançaram o terceiro lugar do pódio nas categorias -56kg - full-contact e +65kg - light contact, respetivamente.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Vitória Futebol Clube, o responsável técnico Alfredo Rosa e os atletas, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Rafaela Rosa conquista o ouro no SCALABISCUP – International Trampoline, DMT and Tumbling Competition

A jovem atleta do Vitória Futebol Clube, alcançou o primeiro lugar do pódio na final de DMT Under 14, na edição de 2024 da SALABISCUP – Internacional Trampoline, DMT and Tumbling Competition, que decorreu entre os dias 11 e 13 de julho, em Santarém.

Nesta competição, Rafaela conseguiu também alcançar a marca necessária para a subida ao escalão Elite Júnior.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Vitória Futebol Clube, toda a equipa técnica, a secção de ginástica – que este ano celebra 50 anos – e a Rafaela Rosa pelos resultados obtidos, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Equipa de Atletismo do Vitória Futebol Clube alcança o pódio em competições nacionais e regionais durante o mês de julho

No primeiro fim-de-semana de julho, os atletas do Vitória Futebol Clube estiveram presentes em competições de âmbito nacional e regional, onde alcançarem o pódio em diversas disciplinas.

Nos Campeonatos Nacionais de sub-18, que tiveram lugar em Beja, no Complexo Desportivo Fernando Mamede, Pedro Afonso, que lidera o ranking europeu sub-18 dos 300 metros, que este ano foi já distinguido com o prémio Atleta Esperança na Gala do Desporto de Setúbal e que no Festival Olímpico da Juventude Europeia conquistou o bronze, sagrou-se Campeão Nacional de 200 metros. O atleta João Pedro Silva, que participou também nesta competição,



alcançou o segundo lugar do pódio, tornando-se Vice-campeão Nacional de lançamento do peso.

Já no Campeonato Regional de Pista, competição organizada pela Associação de Atletismo de Setúbal, que teve lugar na Pista Municipal de Atletismo Alberto Chaíça, em Almada, os atletas vitorianos obtiveram também excelentes resultados, que mereceram o seu lugar no pódio. Hernâni Francisco sagrou-se Campeão Regional de 5 mil metros M55, Luís Calha sagrou-se Campeão Regional de 400 metros M55 e Vice-campeão Regional 800 M55, e Galina Danishehevskaya alcançou o primeiro lugar no pódio nas provas de 100 e 200 metros, tornando-se assim Campeã Regional de ambas as distâncias.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Vitória Futebol Clube, o treinador Fernando Ferreira e todos os atletas pelos resultados obtidos, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação Aniversário da União Desportiva e Recreativa das Pontes

A União Desportiva e Recreativa das Pontes, fundada em 1975, celebrou o seu 49.º aniversário no dia 15 de julho.

A coletividade, que se tem destacado, em especial, pelo seu importante papel para a dinamização cultural e desportiva do Bairro e Freguesia onde se insere, mas também do concelho, assinalou 49 anos de contributos fundamentais para a preservação e difusão do património cultural e tradições Setubalenses.

Apresenta uma oferta de atividades, iniciativas e modalidades diversificada, procurando dar resposta às necessidades e interesses das populações. Através das danças de salão, do zumba, do kickboxing e do futebol, promove a prática desportiva, a adoção de estilos de vida mais saudáveis e o envelhecimento ativo junto dos mais novos, mas também dos mais velhos. Com a organização e colaboração em iniciativas de âmbito cultural e recreativo, contribui para a ocupação de tempos, para o desenvolvimento de capacidades e competências e para a partilha de experiências, bem como para a democratização do acesso à cultura.

Enquanto membro ativo e colaborativo do movimento associativo setubalense, é um parceiro indispensável para o desenvolvimento do nosso concelho e para o envolvimento dos cidadãos na vida em comunidade, combatendo a exclusão e o isolamento e promovendo a participação cívica.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a União Desportiva e Recreativa das Pontes, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, reconhecendo o papel determinante do movimento associativo para o desenvolvimento a nível local e fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Saudação Aniversário do Grupo Desportivo da Fonte Nova

O Grupo Desportivo da Fonte Nova tem desempenhado um importante papel para o dinamismo cultural e desportivo do concelho de Setúbal e, em especial, da Freguesia e Bairro onde se insere.

Fundado em 1988, assinalou o seu 36.º aniversário no dia 1 de julho. Tem, desde a sua criação, desenvolvido uma atividade baseada no trabalho voluntário de membros da comunidade, que procuram contribuir para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, bem como para a preservação das tradições e património cultural Setubalenses. Desenvolve diversas atividades, principalmente de cariz cultural e recreativo, organiza e participa em iniciativas como as noites de fado e o Enterro do Bacalhau.

Um movimento associativo forte e resiliente é um fator indispensável para o desenvolvimento do território, pois as associações, clubes, sociedades e grupos são parceiros fundamentais do poder local autárquico, atuando de forma multidimensional, para e com a comunidade, envolvendo os cidadãos numa causa comum e coletiva e promovendo a participação cívica. Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Grupo Desportivo da Fonte Nova, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

**“Saudação
Aniversário do Clube Recreativo Palhavã**

Fundado em 1938, o Clube Recreativo Palhavã assinalou o seu 88.º aniversário no dia 22 de junho, tendo celebrado a data junto dos seus sócios, simpatizantes e comunidade no dia 6 de julho.

Esta emblemática coletividade tem servido as gentes de Setúbal através do desenvolvimento de atividades maioritariamente de cariz cultural e recreativo, contribuindo para a preservação e difusão do património cultural e tradições Setubalenses.

Símbolo de resiliência e determinação, tem sido um espaço aberto à comunidade, onde todos são bem-vindos. Aqueles que têm contribuído para a sua existência, desde a sua fundação e até aos dias de hoje, através de trabalho puramente voluntário, têm-no feito em serviço da causa pública, num verdadeiro ato de cidadania.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube Recreativo Palhavã, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, pois um movimento associativo forte, dinâmico e resiliente é um fator fundamental para o desenvolvimento do território e para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.”

**“Saudação
Aniversário da Associação de Socorros Mútuos Setubalense**

Celebrámos o aniversário de uma das mais emblemáticas associações do concelho de Setúbal no passado dia 15 de julho. Fundada ainda durante o século XIX, mais precisamente em 1888, a centenária Associação de Socorros Mútuos Setubalense assinalou este ano o seu 136º aniversário.

Tem, desde o início, desempenhado um papel determinante para garantir a autoproteção social, o acesso a cuidados de saúde e à ação social no concelho. Através das suas valências – serviços clínicos, nas áreas do diagnóstico e reabilitação física, e serviços sociais, tais como o Centro de Dia, o Serviço de Apoio Domiciliário, a Cantina Social e a Loja Amiga – procura dar resposta às necessidades dos seus utentes e à população.

A Associação de Socorros Mútuos Setubalense é um importante e valioso membro do movimento associativo e comunidade Setubalenses. Através da sua atividade de carácter social, desenvolvida em proximidade e, em especial, junto daqueles que se encontram em especial situação de vulnerabilidade, tem demonstrado ser um parceiro indispensável, indo muito além daquilo que foram os objetivos com os quais foi criada, adaptando-se e acompanhando a evolução da realidade social do concelho.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Socorros Mútuos Setubalense, órgãos sociais, associados e trabalhadores por mais um aniversário. Fazem votos de continuação do bom trabalho, para que se concretizem os novos projetos, que englobam a visão da associação para a criação de mais e melhores respostas, atração de novos públicos e dinamização, modernizam e rejuvenescimento desta tão importante entidade.”



Sr. Presidente – Disse que tinha recebido a seu pedido o senhor Embaixador da Palestina e nesse sentido entenderam apresentar uma moção.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que se tratava de uma moção que lhes foi entregue naquele dia, que não constava na ordem de trabalhos, estava no período antes da ordem de trabalhos.

A referida moção da forma como estava redigida consubstanciava uma deliberação, porque era dito em vários momentos que: *“a Câmara Municipal de Setúbal reafirma a sua solidariedade”, “a Câmara Municipal de Setúbal defende que seja cumprido”* e no final da moção referia: *“esta moção deverá ser enviada ao senhor Presidente da República, ao senhor Primeiro-Ministro, aos Grupos Parlamentares”*.

Aquela moção seria lida, seria discutida, mas não teria uma votação e não tendo uma votação não poderia refletir uma posição da Câmara Municipal. Para refletir a posição da Câmara Municipal seriam os vereadores eleitos pela CDU, eleitos pelo PS e eleitos pelo PSD, mediante uma votação. Não queria dizer que os Vereadores do Partido Socialista não subscreviam quase na íntegra aquilo que ali estava, mas com algumas alterações que certamente iriam propor.

A moção não poderia ser apresentada da forma como estava ou era alterada a sua redação, ou teria de ser integrada na ordem de trabalhos para ser votada, porque não poderiam no período de antes da ordem de trabalhos trazer uma moção que depois refletisse uma posição da Câmara Municipal sem que cada um dos vereadores faziam parte integrante da Câmara Municipal se pudessem pronunciar através do seu voto.

Aquela era a posição dos Vereadores do Partido Socialista e, nesse sentido, apelaram ao senhor Presidente que apelassem a redação, mas que esperavam que não acontecesse, porque os Vereadores do PS subscreviam praticamente aquilo que ali estava. Para ser uma moção que vinculasse a Câmara Municipal - e bem -, ela teria de ser integrada na ordem de trabalhos.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que a questão levantada pelo senhor Vereador Fernando José fazia sentido. Aquele problema já tinha acontecido com outra situação, terá acontecido no mandato anterior aquela novidade de existirem emoções que não eram aprovadas.

De acordo com aquilo que aprendeu, as moções seriam sempre votadas, por essa razão se chamavam moções. O nome que davam aos documentos juridicamente às vezes era pouco relevante, a questão era aquilo que eles seriam. Uma vez que não constava da ordem de trabalhos, seria uma declaração, que naquele caso seria uma declaração dos membros da CDU na Câmara Municipal, daí o senhor vereador Fernando José ter toda a razão, assim como no passado, quando se dizia haver uma recomendação, que era lida em reunião de câmara e que não era submetida a votação, na realidade não seria uma recomendação. Situação que surgira na última reunião de câmara pelo Partido Socialista, não seria uma recomendação, mas uma declaração.

Disse subscrever aquilo que tinha sido dito e ou haveria uma alteração, o que seria aborrecido fazer naquele momento, ou sugeria que a moção fosse apresentada na próxima reunião de câmara, podendo ser aprovada por unanimidade, não haveria muita pressa, porque não seria aquela moção que iria mudar o mundo e talvez depois da análise que fizessem da mesma até poderiam juntar-se aos eleitos da CDU que a propunham, caso o senhor Presidente aceitasse a sua proposta.

Sr. Presidente – Disse que a situação era tão grave que os levaram a pedir para se fazer aquela moção e para que fosse apresentada em reunião de câmara e já não ia a tempo de incluir na ordem de trabalhos.

Disse que havendo da parte do Partido Socialista e do PSD a abertura, retirava a moção e seria apresentada na próxima reunião, que seria só a 14 de agosto. Infelizmente até 14 de agosto provavelmente muitos estragos iriam acontecer, mas não seria por não aprovarem naquele dia a moção, tal como referiu o senhor vereador, que o problema se iria resolver.

Havendo a abertura por parte dos senhores vereadores, disse retirar a moção e incluiria na ordem de trabalhos da próxima reunião.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que os textos do voto de pesar pelo falecimento de Andreas Stöcklein do Partido Socialista (Conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26) e do Senhor Presidente eram muito idênticos e nesse sentido, caso o senhor Presidente estivesse de acordo prescindiam da leitura do texto do Partido Socialista e passariam à leitura do voto de pesar apresentado pelo Senhor Presidente.

“Voto de Pesar Falecimento Andreas Stöcklein

Andreas Stöcklein, autor do painel de azulejos do túnel do Quebedo e artista renomeado pelo seu contributo significativo para a azulejaria em Portugal, faleceu. Nasceu em Gelsenkirchen, Alemanha, em 1957, e, durante a sua vida, desenvolveu e nutriu uma paixão profunda pelos azulejos portugueses e pela cidade de Setúbal.

Passou a sua infância em Luanda, Angola, antes de regressar a Essen, Alemanha, onde residiu até 1982. Formou-se na Academia de Belas Artes de Düsseldorf, nas disciplinas de pintura e escultura e, em 1982, realizou um semestre sabático na Serra da Arrábida, em Portugal, onde explorou técnicas de Landart e pintura com materiais naturais.

Em 1983, estabeleceu-se em Portugal, dividindo o seu tempo entre Setúbal e Lisboa. Trabalhou na empresa Azularte, onde restaurou e reproduziu painéis de azulejo tradicional e investigou intensivamente o azulejo no contexto contemporâneo e conceptual.

Uma das suas obras mais marcantes foi a “Membrana — Da Transparência do Solo”, uma estrutura de 30 metros de diâmetro erguida temporariamente na Praia de Odeceixe, criada em 1987.

A partir de 1992 passa a ser representado pela Galeria Ratton e desenvolve projetos de azulejaria para espaços públicos e privados. Em 2000, foi galardoado com o Prémio Jorge Colaço da cidade de Lisboa pela sua intervenção na Faculdade de Direito de Lisboa.

Dos revestimentos para a arquitetura destacam-se a Estação ferroviária de Campolide, em Lisboa (1999), as intervenções para a Faculdade de Direito (1999/2000), o Edifício ‘Embaixador’ (1992), a Cervejaria ‘Ribadouro’ (1993) e a Estação ferroviária ‘Campolide’ (1999) também em Lisboa, a Administração ‘Bayer’ (1993) e a Igreja da Divina Misericórdia, em Alfragide (2010), a estação de Metro Rathaus, em Essen, na Alemanha (2014-2016) e o túnel do Quebedo, em Setúbal, homenageando cinco poetas da cidade (2016).

Em 2017, recebe, junto com a galeria Ratton, o prémio anual da SOS-Azulejo, para melhor obra pública artística em azulejaria, pela intervenção no ‘Túnel do Quebedo’ em Setúbal e, mais recentemente, na inauguração da exposição “Sobre a Linha do Horizonte”, no Museu Nacional do Azulejo, foi distinguido com o Prémio SOS Azulejo “Obra de vida 2022”. Juntamente com a Galeria Ratton, Stöcklein doou ao Museu Nacional do Azulejo a obra “O Moloch e A Atlas”, em 2023.

Andreas Stöcklein deixa um legado na azulejaria portuguesa, sendo lembrado pela sua contribuição artística única e inovadora.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista lamentam o falecimento de Andreas Stöcklein e endereçam à família enlutada, aos amigos e a todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a sua ausência as mais sentidas condolências.”

Sr. Vereador Pedro Pina – Leu o seguinte voto de pesar, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27:

“Voto Pesar
Andreas Stöcklein

É com profundo pesar que a Câmara Municipal de Setúbal vem prestar homenagem ao célebre artista Andreas Stöcklein, conhecido pelo seu contributo inestimável para a azulejaria em Portugal, e particularmente pelo seu trabalho emblemático no túnel do Quebedo, em Setúbal.

Nascido na Alemanha, em 1957, Andreas Stöcklein desenvolveu desde cedo uma paixão pelos azulejos portugueses e pela cidade de Setúbal. Após uma infância passada em Luanda, Angola, e um regresso a Essen, formou-se em escultura e pintura na Academia de Belas Artes. Durante um semestre sabático na Serra da Arrábida, em 1982, explorou técnicas de Landart e pintura com materiais naturais, cimentando a sua ligação a Portugal.

Em 1983, Andreas Stöcklein estabeleceu-se definitivamente em Portugal, dividindo-se entre Setúbal e Lisboa. Na empresa Azularte, dedicou-se à restauração e reprodução de painéis de azulejo tradicional, e investigou intensamente o azulejo no contexto contemporâneo e conceptual. Entre os seus projetos mais marcantes destaca-se a “Membrana — Da Transparência do Solo” (1987), uma obra de Landart na Praia de Odeceixe.

Representado pela galeria Ratton desde 1992, Stöcklein desenvolveu projetos de azulejaria para diversos espaços públicos e privados.

Em 2000, foi galardoado com o Prémio Jorge Colaço da cidade de Lisboa pela sua intervenção na Faculdade de Direito de Lisboa.

Um dos seus reconhecimentos mais notáveis foi em 2017, quando recebeu o prémio anual da SOS-Azulejo pela sua obra no túnel do Quebedo em Setúbal. Este prémio destaca a importância de sua contribuição artística para a cidade, reconhecendo o seu impacto e inovação no campo da azulejaria. Além disso, o trabalho de Stöcklein, particularmente no túnel do Quebedo, é uma evidência do reconhecimento e valorização local do seu talento e legado artístico.

Outras obras notáveis incluem intervenções no edifício Embaixador em Lisboa (1992), na Administração Bayer em Alfragide (1993), na Cervejaria Ribadouro em Lisboa (1993), na estação ferroviária de Campolide em Lisboa (1999), na Faculdade de Direito de Lisboa (1999/2000), na Igreja da Divina Misericórdia em Alfragide (2010) e na estação de Metro Rathaus em Essen, Alemanha (2014–2016).

Andreas Stöcklein deixou um legado notável na azulejaria portuguesa, sendo lembrado pela sua contribuição artística única e inovadora. O seu trabalho enriqueceu o património cultural de Setúbal e de Portugal, e será eternamente lembrado por todos os que admiram a arte dos azulejos.

Assim, esta Câmara Municipal de Setúbal expressa as suas mais sentidas condolências à família e amigos de Andreas Stöcklein, solidarizando-se neste momento de perda. Após aprovação, esta moção de pesar será devidamente divulgada junto dos familiares e da comunicação social.”

O senhor Presidente solicitou um minuto de silêncio.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto da Ata n.º 05/2024 - Reunião ordinária de 13 de março de 2024

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.



2. Projeto da Ata n.º 06/2024 - Reunião ordinária de 27 de março de 2024

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

3. Projeto da Ata n.º 07/2024 - Reunião ordinária de 05 de abril de 2024

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

4. Projeto da Ata n.º 08/2024 - Reunião ordinária de 17 de abril de 2024

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

5. Deliberação n.º 400/2024 – Proposta n.º 26/2024 – GAP – Empreitada de Reabilitação da Rede de Água em Azeitão – 4.ª Fase” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 e 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Referiu que aquela quarta fase no valor de mais de um milhão de euros, estaria relacionada com a baixa qualidade de todas as tubagens de abastecimento de água em Azeitão, que à época não foram consideradas com a devida qualidade e que estavam em fim de vida, provocando uma série de ruturas em Azeitão, com o impacto que tinha no abastecimento de água, com as paragens, a abertura de valas e com sucessivas intervenções no terreno.

O objetivo era paulatinamente fazer uma integral substituição da rede abastecimento de água em Azeitão, para garantir a sua qualidade, a sua estabilidade e reduzir drasticamente as perdas de água.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 401/2024 – Proposta n.º 27/2024 – GAP – Celebração de contrato de arrendamento – Serviços Municipalizados de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 30 e 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que o objetivo do arrendamento estaria relacionado com a contínua melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores dos Serviços Municipalizados.

Promoviam um conjunto de intervenções no espaço dos Ciprestes com a melhoria dos balneares, melhoria do espaço dos encarregados, melhoria do espaço administrativo e técnico e estava naquele momento em curso uma intervenção de melhoria das condições de trabalho quer no armazém, quer no auditório, quer na copa, entre outras intervenções que estavam programadas para os Ciprestes.



Tinha sido feito uma intervenção de requalificação e criação de novas condições para os trabalhadores do Departamento de Resíduos Urbanos e para os respetivos encarregados em Poçoilos.

Disse terem uma situação específica no Edifício Bocage onde estava a área administrativa, financeira, recursos humanos, comercial, o conselho de administração e call center, com entrada necessária de novos trabalhadores para as novas funções, novas tarefas e para cobrir a situação depauperada de recurso humanos que encontraram aquando da transição da Águas do Sado, o espaço que alugaram no Edifício Bocage não era suficiente.

Naquele momento o que estava em curso era uma operação de encontrar instalação para cerca de dez a doze trabalhadores para descomprimir o espaço que tinham e, ao mesmo tempo, negociavam com a ESTAMO e com a Autoridade Tributária, quando da saída do 1.º piso do Edifício Bocage dos serviços de finanças, poder transitar aquele espaço para os Serviços Municipalizados, o que equivaleria à passagem de 300 m² para cerca de 900 m² podendo juntar todos os serviços em melhores condições de acomodação e em melhores condições de trabalho.

Aquele aluguer era uma situação intermédia para permitir descomprimir a pressão que havia sobre o atual espaço de funcionamento.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 402/2024 – Proposta n.º 10/2024 – GADSEA – Proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição do Selo Verde – Certificado de Qualidade Ambiental do Municipal de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.º 32 a 34, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 403/2024 – Proposta n.º 11/2024 – GADSEA – Regulamento do Conselho Municipal de Ambiente de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 35 a 37, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 404/2024 – Proposta n.º 68/2024 – DAF/DICOR – Aprovação do início do procedimento de elaboração do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



10. Deliberação n.º 405/20234 – Proposta n.º 76/2024 – DAF/DICOR – Adjudicação | Contratação de empréstimo de médio/longo prazo - Investimentos Municipais – PPI 2024 – Nova Submissão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 39 a 42.

Sr. Presidente – Disse que se tratava de uma proposta, que por razões já referidas, entendera voltar a apresentar em reunião de Câmara Municipal, considerando a importância daqueles investimentos no território.

Para melhor informação dos vereadores e dos deputados municipais fizeram a apresentação dos projetos para se perceber melhor o que estava em causa na qualificação do território, da melhoria das condições e da qualidade de vida das pessoas que habitavam no território.

Quando estiveram na sessão da Assembleia Municipal verificaram que alguns deputados manifestaram desconhecimento da obrigação para a proposta ser aprovada nos termos da legislação, seria necessário que tivesse uma votação favorável por maioria dos deputados municipais. Aquelas foram as razões que os levaram a apresentar a referida proposta.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que o PSD iria manter a sua posição de viabilização do pedido de empréstimo com a sua abstenção. Tal como era referido pelo senhor Presidente e como constava na proposta reformulada, havia uma exigência legal de mais do que 50% dos membros em efetividade em funções na Assembleia Municipal. Como era normal em política e nos órgãos administrativos, as coisas deveriam ser faladas e eventualmente negociados. Terá sido aquilo que percebeu sobre algumas intervenções de algumas bancadas na sessão da Assembleia Municipal. Aquele quadro era idêntico ao quadro que tinha sido apresentado na proposta anterior, mas teriam que ter em conta que, obviamente, quem iria pagar tudo aquilo seria toda a população através dos seus impostos diretos ou indiretos, cujo impacto não seria no imediato, mas no futuro.

Relativamente aos cerca de um milhão de euros que estaria relacionado com a reabilitação do Campo Júlio Tavares do Praiense, a exigência do concurso público relativamente à DATAREDE (concessionário do estacionamento tarifado), cujo anexo 9 fazia referência, a referida empresa estaria obrigada a um determinado valor, o qual até seria superior numa intervenção no Largo José Afonso, mas que ainda não tinha sido feito.

A Câmara propôs recentemente, uma vez que a intervenção não foi efetuada, nem paga pela concessionária, que fosse feita através daquela reabilitação. Uma vez que exigiram à concessionária do estacionamento tarifado a referida obra, questionou por que razão estariam a propor aquela componente no pedido de empréstimo. Se não tivessem aquela componente de cerca de um milhão de euros já só estariam a falar de um empréstimo de dois milhões e meio. Tratava-se de um valor que não era assim tão pequeno.

Considerava aquele esclarecimento importante e até poderia ser um esclarecimento importante para que em sede de Assembleia Municipal ajudasse eventualmente a sua viabilização.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que estavam a discutir e a votar novamente a adjudicação do contrato de empréstimo e não o início do procedimento. Tal como o senhor Vereador Paulo Calado referira e bem, no dia 27 de março, esta Câmara Municipal por proposta do executivo decidira alterar unilateralmente aquilo que era o anexo 9 e a intervenção que a empresa concessionária do estacionamento tarifado à superfície teria que fazer, por via do que estava definido naquele mesmo anexo, decidira alterar aquela intervenção, passando de uma intervenção no Largo José Afonso para a reabilitação do Campo Municipal Júlio Tavares.

Após duas reuniões o executivo apresentara-lhes uma proposta em que se pretendia que o município assumisse um financiamento no valor de 954 mil euros, a pagar em 20 anos.

Tratava-se de uma intervenção que, de acordo com a alteração unilateral feito ao contrato, seria da responsabilidade da DATAREDE.

Na altura contestaram a proposta e fizeram o pedido para que se fizesse a votação ponto a ponto, e na votação final da proposta global acabaram por se abster, porque não pretendiam inviabilizar todas as outras intervenções que eram contempladas. Mantinham essa posição de clara e profunda oposição, que o município se endividasse em 954 mil euros, durante 20 anos, para fazer uma intervenção que o próprio município decidira que seria uma atribuição de outra entidade. Certamente que manteriam o sentido de voto da sua bancada.

Sr. Presidente – Disse fazer todo o sentido as questões que os vereadores colocaram. Referiu que tiveram oportunidade de falar sobre aquele assunto, mas compreendia e justificava-se um total esclarecimento sobre a questão.

A questão da requalificação do Campo Municipal Júlio Tavares foi um compromisso assumido pela Câmara junto da população das Praias do Sado e de toda a freguesia, porque existia um conjunto de coletividades dedicadas ao desporto, que reivindicavam a requalificação daquele campo. Quando o campo ainda tinha algumas condições havia uma quantidade significativa de jovens que o utilizavam para a atividade desportiva, designadamente para o futebol. Quando se criaram na cidade alguns campos relevados, naturalmente que os pais fizeram as opções e aquelas coletividades deixaram de ter tanta procura por parte dos jovens. Disse existirem duas ou três coletividades que eram dedicadas ao desporto, com as quais se comprometeram em a avançar para a requalificação do campo. Disse que houve conversações com a Data Rede, sendo que a empresa sempre manifestara disponibilidade. Significava que não fazia uma obra pública e com a verba atribuída para essa obra pública faria outra obra pública que a Câmara Municipal transmitisse. A situação ficara acordada, o tempo foi passando e não houve a iniciativa da parte da empresa para avançar e concluir aquela obra. Quando tomaram a decisão unilateralmente em reunião de câmara, em que caberia à empresa a requalificação do campo, porque entenderam que a requalificação poderia ser feita naquela forma, a empresa estivera sempre de acordo, mas nunca dera um passo. Quando tomaram a decisão e fizeram todas as notificações nos termos que a lei exigia, a empresa nunca lhes dera uma resposta favorável, no sentido de avançar para a construção do campo.

A câmara tinha um compromisso para com aquela população, de criar aquela infraestrutura com as devidas condições para as coletividades e sobretudo os mais jovens para poderem desenvolver a sua atividade desportiva na sua freguesia e não ter de sair da sua freguesia para desenvolver essa atividade. Aquele era o compromisso e a obrigação que tinham, cabendo no âmbito da responsabilidade das autarquias locais.

Disse que deram um prazo para a empresa iniciar a obra e a empresa respondera que não realizava a obra naquele prazo. Voltaram a escrever à empresa no sentido de que a mesma pudesse apresentar uma programação para o desenvolvimento da obra, mas até ao presente não obtiveram resposta. Como era do conhecimento dos vereadores, os empréstimos só passavam a ser dívida do município, quando eram utilizados.

Naquele caso incluíam aquela verba no empréstimo, porque o projeto estava feito e se a empresa continuasse a não dar resposta ao compromisso que tinham com aquela população, a Câmara Municipal utilizaria o valor do empréstimo para a realização da obra.

Se a empresa desse resposta favorável no sentido de desenvolver a referida obra, a câmara não utilizaria o empréstimo e ficaria sem qualquer compromisso financeiro. Caso a empresa não desse andamento, a câmara avançaria com a obra através daquele empréstimo.

Os investimentos sendo por empréstimos ou vindo diretamente do orçamento eram sempre pagos por todos, mas quando precisavam de fazer obras e o orçamento não era suficiente, a questão dos empréstimos ajudava a fazer uma gestão financeira ponderada, que todos os anos era contabilizado no orçamento e dos compromissos para com o exterior.

Disse que seria a melhor forma de gerir a situação financeira da Câmara Municipal através dos empréstimos.



Tratava-se de um parêntesis, para que não ficassem com a ideia de que só pagavam os empréstimos e não pagavam aquilo que estava nos orçamentos, o que estava nos orçamentos vinha também de receitas, dos impostos ou da atividade de cobrança feita pela Câmara Municipal.

Disse que ficaria o compromisso de que só avançaria a obra daquele empréstimo, se a empresa não cumprisse os compromissos que existiam e até a determinação feita pela câmara sobre a empresa, através das notificações que fizeram à empresa. Por ainda não ter havido resposta por parte da empresa DATAREDE, a Câmara tomara aquela decisão numa iniciativa unilateral.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse parecer ser um pouco ingénuo, ao terem considerado que a empresa deveria ter tomado a iniciativa de disponibilidade para executar uma obra à qual não estava contratualmente obrigada. A contrapartida prevista no anexo 9 previa até dia 27 de março, praticamente durante três anos desde a assinatura do contrato, uma intervenção no Largo José Afonso.

Durante três anos o município teve a possibilidade através da contratação de um financiamento, tal como já tinha feito noutros financiamentos de médio/longo prazo, tendo a possibilidade de incluir o financiamento para fazer aquela obra, atendendo àquilo que era a sua premência.

A sua bancada não colocava em questão aquilo que era a relevância daquela obra particularmente para a Freguesia do Sado, no entanto, o município não o fez e entendera no dia 27 março transformar a obra numa obrigação contratual, através de contrapartida prevista no anexo 9, ao contrato de concessão de estacionamento tarifado, numa obrigação contratual da DATAREDE.

Caso a DATAREDE não quisesse assumir essa intervenção, o município avançaria com a obra, endivida-se e em tribunal seria dada razão ao município. Certamente que se teria que decidir uma nova contrapartida, o que levantaria outra questão que lhe parecia relevante e que dizia particularmente respeito ao financiamento.

Mesmo que a DATAREDE cumprisse aquilo que tinha sido estabelecido unilateralmente pela Câmara Municipal na contrapartida prevista no anexo 9, o município não utilizava o dinheiro, mas existia aquilo a que se chamava o crédito potencial, que era o valor que estava contratado, que não seria utilizado, no entanto, contaria para aquilo que era a redução, uma redução significativa, perto de um milhão de euros na capacidade de endividamento do município.

Preocupava-os ao tomar a decisão de financiar aquela obra e de avançar no imediato ou esperar que houvesse uma iniciativa por parte de quem contratualmente estaria obrigado a executar a obra.

O município ainda assim ficaria numa situação de redução daquilo que seria a sua capacidade potencial de endividamento em perto de um milhão de euros. Para a sua bancada seria avisado retirar o financiamento daquela intervenção e só decidir avançar com a intervenção após haver uma decisão definitiva no que respeitava à obrigação contratual por parte DATAREDE em executar a obra que o município lhe indicava.

Sr. Vereador Paulo Calado – Tal como referira anteriormente, o PS já negociava. O PS dizia que viabilizaria o empréstimo se aquela verba fosse retirada. Aquele seria o princípio para que depois na Assembleia Municipal fosse possível que o empréstimo seguisse. As coisas deveriam ser conversadas.

Disse ser importante que o município tivesse que se financiar e as forças políticas ali presente eram as responsáveis, porque qualquer força política ali presente poderia eventualmente no futuro fazer parte de um executivo que liderasse no próximo mandato.

Qualquer uma daquelas três forças políticas teriam que ser responsáveis relativamente ao futuro e estando a um ano de eleições, as coisas deveriam ser conversadas. Do ponto de vista do PSD iriam manter a sua posição de viabilização através da abstenção, mas em sede de Assembleia os restantes partidos deveriam falar. Considerou aquele um bom começo.



Sr. Presidente – Disse que pessoalmente, se fosse aquela a posição do Partido Socialista de retirar aquele projeto de investimento para viabilizar a proposta, certamente não iriam colocar em causa os outros dez investimentos. Teria que ficar claro, que aquilo que faziam iria penalizar as populações das Praias do Sado e sobre isso não poderia haver dúvidas nenhumas.

Aquele era um compromisso e uma realidade daquela freguesia, o município tinha a responsabilidade de corresponder àquilo que eram os objetivos das populações de cada território.

Disse que encontraram uma solução, um caminho para resolver aquele problema. Caso a empresa concedesse uma resposta favorável àquele processo, a empresa faria a obra e aquele empréstimo não seria utilizado. O empréstimo não utilizado tinha dois anos de validade no seu compromisso, terminando com a questão do endividamento.

Pessoalmente considerava, caso o Partido Socialista não votasse a proposta, porque deveria ser a empresa a fazer a obra, que não deveriam sacrificar os outros investimentos, quando tinham a possibilidade de os fazer, apenas por existir uma divergência relativamente a uma determinada obra. Que ficasse bem claro, caso tomassem aquela decisão estariam a penalizar a população das Praias do Sado.

A Câmara Municipal procurava nos meios que tinha de corresponder às expectativas e às aspirações das populações. Sabiam que não tinham a maioria na Câmara Municipal nem na Assembleia Municipal, por essa razão estariam sujeitos a decisões das outras forças políticas que pudessem constituir maiorias.

Pessoalmente considerava que mesmo não havendo condições para fazer aquele investimento, poderiam viabilizar os restantes 10 investimentos.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que numa intervenção anterior o senhor Presidente atribuíra afirmações à senhora Vereadora Patrícia Paz proferidas pela senhora Vereadora Carla Guerreiro. A senhora Vereadora Carla Guerreiro, na sua intervenção, colocou os trabalhadores da Câmara Municipal no problema identificado pela intervenção da sua bancada, quando o problema não estaria relacionado com os trabalhadores da câmara, mas com a gestão feita pela Câmara Municipal.

Entretanto, o senhor Presidente tentava colocar na questão do investimento de requalificação do Campo Municipal, a retirada do investimento previsto pela CDU, referindo que o Partido Socialista pretendia penalizar a população do Sado. Que ficasse bem claro que não era nada daquilo.

No anexo 9 que tinha sido redigido pela CDU, força política à qual o senhor Presidente pertencia e através da qual foi Presidente da Assembleia Municipal, força política à qual o senhor Presidente se candidatara à Câmara Municipal de Setúbal e vencera as eleições, com o lema “Continuar Setúbal”, em que andara de braço dado por toda a cidade com a sua ex-camarada, com o lema “Continuar Setúbal”, lembro que em 2021, o executivo CDU, contra as críticas de toda a oposição, assinara um contrato de concessão do estacionamento tarifado por 40 anos, num brutal aumento de 500%.

Naquele contrato constava no anexo 9 a opção de construir um muro ou uma parede no Auditório no Largo José Afonso.

O executivo CDU poderia ter optado, para não prejudicar a população do Sado, em fazer a respetiva requalificação do Campo Municipal ou outras para não penalizarem a população.

A opção do executivo da CDU foi construir uma parede no Auditório do Largo José Afonso.

Em 2021 aquele contrato tinha sido assinado e a empresa tinha um ano para concluir a obrigação que constava no anexo 9.

Disse estarem em 2024, nem parede, nem muro, nem um único tijolo tinha sido construído sobre qualquer contrapartida e era aquilo que estava em causa. A oposição e nomeadamente os Vereadores do Partido Socialista criticavam a inércia, a incapacidade negocial de chegar a um entendimento, com o arrastar dos pés sobre aquele processo. O tempo ia passando e nada acontecia e aquela contrapartida já deveria estar concretizada.



Os Vereadores do Partido Socialista deram exemplos de contrapartidas que podiam ter sido feitas, não aquela com a qual desde o início sempre estiveram contra, deram vários outros exemplos e nada tinha sido concretizado. Chegaram a 2024, tendo sido tomada uma decisão e com a qual os Vereadores do Partido Socialista concordaram, a requalificação daquele campo municipal, opção apresentada pelo senhor Presidente, os Vereadores do Partido Socialista aprovaram em reunião de câmara a deliberação de alteração do anexo 9.

Apesar das tentativas de explicação por parte do senhor Presidente, conseguiam compreender como aquele financiamento constava naquele empréstimo, com implicações na questão da capacidade de endividamento, que os preocupava tal como já tinha sido referido pelo senhor vereador Joel Marques.

Disse ser naquele sentido que poderiam tentar sem penalização, uma vez que estaria previsto na alteração do anexo 9 a empresa teria de fazer a referida qualificação, exceto se o senhor Presidente tivesse dados que a oposição não tinha.

O senhor Presidente transmitiu em reunião de câmara que houve uma comunicação por parte da empresa que estaria na disposição de o fazer, que haveria uma divergência relativamente ao estacionamento em subsolo, no entanto, relativamente àquela questão estaria praticamente ultrapassada e que em breve iriam ter boas notícias.

Sr. Presidente – Questionou o senhor Vereador Fernando José qual seria a decisão do Partido Socialista sobre aquela proposta.

Sr. Vereador Fernando José – Informou o senhor Presidente que a posição dos vereadores do Partido Socialista seria a mesma que tomaram na última reunião de câmara. A sua bancada não andava ao sabor do vento. Uma vez que o executivo CDU não alterou nada na proposta que lhes apresentara, questionou como pretenderia o senhor Presidente que os vereadores do Partido Socialista alterassem a sua posição.

Disse que o executivo CDU é que andava a alterar a posição de um dia para o outro. Os Vereadores do Partido Socialista eram coerentes nas suas posições. Disse que iriam viabilizar a proposta através da abstenção.

Sr. Presidente – Disse que tinham ficados todos mais baralhados com a intervenção do senhor Vereador Fernando José, por muito esforço que o fizesse para o poder clarificar. Ouvida a intervenção do senhor Vereador Joel Marques e ouvindo a intervenção do senhor Vereador Fernando José ficaram mais baralhados. Sabendo que, como estava expresso naquela proposta e que na anterior constava, que havia um decreto-lei sobre os empréstimos que obrigava a decisão da Assembleia Municipal.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que se o senhor Presidente pretendia falar com forças políticas e com os responsáveis das respetivas forças políticas, o senhor Presidente convocava uma reunião privada e falava com os seus responsáveis.

Em reunião de câmara, o senhor Presidente falava com quatro vereadores eleitos pelo Partido Socialista.

Sr. Presidente – Disse achar que estaria a falar com forças políticas que tinham formas de olhar e de ver as situações. O que estava em causa passava por viabilizarem aqueles empréstimos, viabilizando os investimentos devidamente identificados e que tiveram o cuidado de fazer uma sessão dedicada, muito participada pelos vereadores e por deputados, onde apresentaram em imagens e em números aquilo que estava em causa, tendo ficado muito satisfeito com aquela participação.

Disse que se levantavam questões e se ia à procura de argumentos, quando o mais importante era a clarificação da situação. Disse que foi muito quando referira que caso a empresa não cumprisse aquilo que a Câmara Municipal determinara, que constavam nas atas assinadas pela empresa, quem iria sofrer as consequências era a população das Praias do Sado. Se a empresa não cumprisse naquela altura, certamente teria que cumprir mais tarde.

Ao terem apresentado as propostas para a empresa ser obrigada a construir aquele campo, era por que consideravam que deveria ser a empresa a fazê-lo e como constava em ata.

Disse que concordariam, se a empresa fizesse aquilo que determinara em tempo útil, o empréstimo não seria utilizado e a câmara não teria compromissos financeiros. Se a empresa em tempo útil não fizesse a obra no investimento público no Largo José Afonso em tempo útil, a câmara assumiria a responsabilidade para corresponder àquilo que seriam as expectativas das populações. Se a empresa fizesse a obra, a câmara não utilizaria o empréstimo.

Disse ser óbvio que o problema da abstenção não se colocava na reunião da Câmara Municipal, mas se houvesse uma votação das forças políticas no sentido favorável na Câmara Municipal, seria um sinal para a Assembleia Municipal. Não levavam ali a proposta só porque achavam que era importante voltarem a fazer a proposta, com a possibilidade de na Assembleia Municipal ter uma maioria de votos, no entanto, teriam que ter uma maioria necessária para a proposta poder ser aprovada.

Disse que a justificação para voltarem a trazer novamente a proposta, era por considerarem que o que estava em causa eram as condições de vida e bem-estar das populações. Aqueles que tiveram a oportunidade de ver as áreas de intervenção que estavam previstas na requalificação do espaço público, estaria relacionado com urbanizações que não foram bem resolvidas há vinte anos. As fotografias foram mostradas e os vereadores sabiam muito bem, quais foram os sítios e sabiam muito bem quem tivera a responsabilidade de não resolver em termos de qualidade o espaço público, tudo aquilo que devia ser feito quando as urbanizações foram legalizadas e quando foram cobradas as taxas. Aquilo que faziam era no sentido de criar melhores condições, dar qualidade de vida às populações, qualificar o território. Por razões de lateralidade ou de oportunidade política/partidária, cada um assumiria as suas responsabilidades.

Disse que entendeu na primeira intervenção que foi feita, que os senhores vereadores como tinham dúvidas relativamente à proposta, se retirassem aquele investimento votariam favoravelmente, nas restantes intervenções percebera que haveria alguma baralhação, pelo que não valeria a pena estarem a perder mais tempo com aquela situação.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que nunca perdiam tempo em termos de discussão.

Sr. Presidente – Se não andassem para a frente perdiam tempo.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que poderiam ter andado para a frente, caso o senhor Presidente, que tendo tomado posse em 2021, não andasse a arrastar aquela decisão, e apenas tivesse apresentado aquela decisão em 2024, com a alteração do anexo 9. Desconhecia qual foi o tempo útil, na realidade foi um tempo perdido para os setubalenses.

O senhor Presidente colocava o ónus no Partido Socialista e nos vereadores do Partido Socialista e por essa razão questionou o senhor Presidente qual foi o sinal dado. O senhor Presidente tivera conhecimento através de intervenções feitas em reunião de Câmara e de Assembleia qual era a posição dos vereadores e dos deputados do Partido Socialista.

Questionou o senhor Presidente qual foi o sinal e que passo deu no sentido de encontrar o diálogo e os necessários consensos. Na realidade, o passo que deu passara por apresentar uma proposta precisamente igual àquela sobre a qual os vereadores do Partido Socialista e os deputados municipais já tinham tomado uma posição. Se o senhor Presidente tivesse convocado os vereadores do Partido Socialista e os vereadores do PSD, tal como já acontecera sobre outros temas, se calhar não estariam ali com aquela discussão.

Sr. Presidente – Mencionou que cada um entendia como quisesse. Disse trazerem aquela proposta, porque consideravam que os 11 projetos de investimento que estavam contemplados eram intervenções que qualificavam o território, criavam mais e melhor qualidade de vida às populações nos espaços que iriam ser intervencionados e requalificados.

Na Assembleia Municipal alguns dos deputados colocaram a questão de não ter presente que era necessário haver uma votação maioritária para que aquela proposta seguisse o seu caminho processual, para ter o visto do Tribunal de Contas. Aquelas eram as obrigações que tinham, politicamente consideravam que aquilo era muito importante cumprir as determinações legais do Tribunal de Contas. Todos eram livres de terem as suas opiniões e de fazerem as suas opções, mas quando tratavam de coisas concretas não valeria a pena estarem com desvios. Naquele caso em concreto, não bastava a abstenção e por essa razão tomaram a iniciativa de elaborar uma apresentação pública, convidaram os vereadores e os deputados para visualizarem e perceberem melhor o que estava em causa e o que significava cada um daqueles projetos.

Disse que ficou muito satisfeito, porque houve uma grande participação dos vereadores e dos deputados, por essa razão voltaram a apresentar aquela proposta, porque consideravam que as populações mereciam aquela consideração positiva.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada em minuta, por maioria, com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PSD.

11. Deliberação n.º 406/2024 – Proposta n.º 78/2024 – DAF/DICONT – 4.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 4.ª ao Plano de Atividades Municipal e 4.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 a 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada em minuta, por maioria, com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PSD.

12. Deliberação n.º 407/2024 – Proposta n.º 79/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto à fração autónoma “O” do prédio sito na urbanização Pote de Água, na Rua Dr. Álvaro Gomes, n.º 8 – 6.º Esq.º, da Freguesia de São Sebastião, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 47, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 408/2024 – Proposta n.º 80/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito em Terroa (Peixe Frito), na Rua Serra do Louro, n.º 20, da Freguesia de São Sebastião, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



14. Deliberação n.º 409/2024 – Proposta n.º 81/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE – Hasta pública para alienação de 7 lotes de terreno para construção, sítios no Bairro do Viso e no Bairro Camolas, da União das Freguesias de Setúbal e da Freguesia de São Sebastião, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 49 a 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 410/2024 – Proposta n.º 04/2024 – DCTUR – Edição de publicação sobre o Círculo Cultural de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 411/2024 – Proposta n.º 13/2024 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 1/2024/DRH/SBS

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 53, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação secreta, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 8 votos Sim e 3 votos em branco.

17. Deliberação n.º 412/2024 – Proposta n.º 05/2024 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de licenças especiais de ruído – DASU-GAGIP

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 54, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 413/2024 – Proposta n.º 16/2024 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro – Parceria Programa Nacional de Educação Ambiental Eco-Escolas 2023/2024

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 55.

Sra. Vice-Presidente – Disse ser importante realçar não só a continuidade daquelas escolas, mas também o facto de poderem familiarizar-se com o programa e poderem ser incluídas com

outras escolas. Congratulou-se pela adesão na totalidade de todas as escolas do Agrupamento Luísa Todi e também, todas as escolas do Instituto Politécnico, pelo facto de o Instituto Politécnico ser um Eco Campus que também participara naquela iniciativa.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 414/2024 – Proposta n.º 32/2024 – DOM – CP 06/2024/DOM – Empreitada “Requalificação de infraestruturas e pavimentos da Avenida dos Ciprestes”: - Aprovação do relatório único, adjudicação e aprovação da Minuta do Contrato

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.º 56 a 58.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Referiu que aquele troço entre a Av. Antero de Quental e a rotunda da Azinhaga de São Joaquim foi objeto de uma intervenção muito profunda de infraestruturas, de esgotos, sobretudo doméstico, com um emissário que permitiu drenar toda a zona norte dos Ciprestes e o envolvente da Praceta Primavera, a Avelar Brotero e o Bairro São Gabriel. Tratava-se sobretudo de uma intervenção mais superficial, sendo que as infraestruturas se remetiam às questões de ajustamento pluvial.

Disse ser uma requalificação necessária que ficou por resolver aquando da primeira intervenção.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 415/2024 – Proposta n.º 33/2024 – DOM – CP 09/2024/DOM – Empreitada “Requalificação de quarteirão urbano Joaquina Guerreiro, Lanchoa e Libânio Braga”: - Aprovação do relatório único, adjudicação e aprovação da Minuta do Contrato

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 59 a 61.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a empreitada era muito importante, tratando-se de um espaço interior, num conjunto de quarteirões, que tinha cerca de 45 anos de requalificação.

Mencionou que não foi requalificada em tempo, porque estava instalado um refeitório de uma escola que, entretanto, fora desativado e que por sua vez fora entregue a uma Igreja Evangélica. Com a saída daquela igreja criaram-se condições para reabilitação do conjunto daquele espaço.

Disse que seria uma obra muito importante e de grande relevância em termos de qualificação urbana e de criação de condições de vida para a população da zona envolvente àquela praça.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 416/2024 – Proposta n.º 34/2024 – DOM – CP 04/2024/DOM – Empreitada “Requalificação de infraestruturas e pavimentos da Rua Eng.º Henrique Cabeçadas” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 62.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que era uma obra de grande relevância, que iria criar uma bolsa fortíssima de estacionamento entre a Escola de Bocage e a Várzea, gerando uma intervenção urbana de grande impacto e de grande importância para a cidade.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 417/2024 – Proposta n.º 35/2024 – DOM – CP 05/2024/DOM – Empreitada “Requalificação de infraestruturas e pavimentos na Av. de Moçambique - Setúbal” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 63.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquela proposta associada às duas anteriores, a Av. dos Ciprestes cuja obra iria iniciar imediatamente, quer a Av. de Moçambique e Henrique Cabeçadas vinha provocar uma alteração profunda, na mobilidade humana pedonal, na mobilidade ciclável, na mobilidade viária, no estacionamento e na requalificação urbana de toda a envolvente do Parque da Várzea, somando àquilo que, entretanto, já tinha ficado resolvido na zona Norte.

Tratava-se de um conjunto de intervenções muito importantes, que vinha fechar um anel de intervenções de grande impacto e de grande relevância na cidade.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 418/2024 – Proposta n.º 36/2024 – DOM – CP 20/2024/DOM – Empreitada “Execução do Parque Verde da Quinta da Amizade” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 64.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquele processo decorria na sequência de outra empreitada já concluída naquela zona do parque, que estabelecera um conjunto de passagens e uma marcação de percursos e uma intervenção muito importante de regularização e qualificação da ribeira concluída pelos Serviços Municipalizados recentemente.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 419/2024 – Proposta n.º 38/2024 – DOM – CP 25/2024/DOM – Empreitada “Refúgio climático da Várzea” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público - Candidatura a submeter, ao aviso “Lisboa 2030-2024-20 - Adaptação às alterações climáticas - ITI AML”.

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 65.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que não poderia deixar de saudar a abertura daquele procedimento, até porque a bancada do PSD na Assembleia Municipal de 30 de junho apresentou uma recomendação, precisamente sobre a questão dos refúgios climáticos, a qual fora aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 420/2024 – Proposta n.º 39/2024 – DOM – CP 26/2024/DOM – Empreitada “Valorização do corredor ecológico da Ribeira do Livramento” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público - Candidatura a submeter, ao aviso “Lisboa 2030-2023-13 - Conservação da Natureza, Biodiversidade e Património Natural - ITI AML”

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 66.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Chamou à atenção que aquela proposta e a proposta anterior iria dar um contributo, para de uma forma muito decisiva dar conteúdo de uso humano, além do uso fruto do corredor ecológico e do refúgio climático, criando condições para que tivessem um parque urbano a funcionar enquanto parque, após terem uma fase intermédia do usufruto limitado e depois da primeira grande obra, que era a função primordial daquele parque, uma bacia de retenção que evitaria as inundações da Ribeira do Livramento no centro da cidade.

Tendo sido aquela a função fundamental definida para aquele espaço, onde tinha sido feito o maior investimento, mas de acordo com o que tinha sido definido à época, estariam a caminhar paulatinamente para garantir que aquela zona de 20 hectares se transformasse no grande parque urbano de Setúbal, sendo que aquelas duas propostas iriam dar um passo decisivo naquele sentido.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

26. Deliberação n.º 421/2024 – Proposta n.º 40/2024 – DOM – CP 28/2024/DOM – Empreitada “Remodelação do Campo de Futebol das Pedreiras” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público - Candidatura OIL – UFS - Setúbal, “Coesão Socio-Territorial através das margens” - Medida 4.1 reabilitação do Campo Municipal das Pedreiras do Viso

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 67.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquela obra iria garantir numa zona da nossa cidade carenciada daquele tipo de equipamentos, finalmente um equipamento qualificado, de qualidade e com uma qualificação integrada, quer no campo, quer da zona envolvente e dos bairros envolventes.

Referiu que era uma intervenção de uma grande importância à qual se seguiriam outras intervenções qualificadores.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que gostaria de propor a seguinte alteração à proposta. Onde se lia: “o campo situado entre São Francisco Xavier e o Bairro do Viso”, fosse alterado para: “entre São Francisco Xavier e o Bairro da Anunciada”, porque o Bairro do Viso não existia, mas sim a zona do Viso que ficava no Bairro da Anunciada.

Não sabia se o campo iria estar pronto antes das próximas eleições, mas estivesse iriam estar muito atentos a quem iria utilizar aquele campo.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que se tratava da zona do Viso em vez de Bairro do Viso. Não via nenhum problema, todos sabiam do que se estava a falar naquele acerto da designação.

Sr. Presidente – Disse que na proposta estava bem identificado a localização do espaço.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

27. Deliberação n.º 422/2024 – Proposta n.º 77/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 16/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para aluguer operacional de viaturas ligeiras de passageiros, pelo período de 36 meses – Adjudicação

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 68 a 71.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que embora já estivessem numa fase mais avançada do processo, nomeadamente na adjudicação, gostava de deixar nota de que tinham que fazer um esforço para racionalizar o número de viaturas que colocavam ao dispor. Tratava-se de muitos carros ligeiros de passageiros e em nome do ambiente teriam que começar a habituar-se a andar mais de transportes públicos e andar menos de carro.

Deixava aquele apelo, porque não bastava muitas vezes falarem sobre o assunto que era preciso passar à ação e era preciso recorrerem mais dos transportes públicos. Um apelo a que eventualmente até o próprio senhor Presidente da Câmara pudesse fazer uma reorganização da atribuição de viaturas nas estruturas da Câmara Municipal.

Sr. Presidente – Disse concordar com a senhora Vereadora Sónia Martins, uma coisa eram os seus objetivos, as suas preocupações e as suas responsabilidades, a outra coisa era

aquilo que tinham no terreno. Se fosse verificar, os serviços precisavam de mais carros. Aqueles que existiam eram partilhados nos serviços, muitos deles com programação, porque os funcionários inscreviam-se para sair e exercer a sua atividade profissional.

Relativamente ao uso do combustível, a Câmara Municipal tem vindo ao longo dos anos a fazer um esforço de alteração. Algumas das viaturas já eram elétricas, sendo que algumas vinham através do fundo ambiental, outras eram da iniciativa da Câmara Municipal, sendo híbridos.

Disse haver outro tipo de viaturas que ainda não estavam disponíveis no mercado e a preços mais acessíveis para poderem ser utilizados na frota municipal. Havia um esforço, um objetivo, uma sensibilidade e uma preocupação que era de todos.

A senhora Vereadora colocara a questão e bem, porque nunca era demais chamarem a atenção para aquelas preocupações.

O executivo acompanhava aquela preocupação, mas também tinham de corresponder àquilo que era a realidade do bom serviço que os trabalhadores necessitavam para desenvolver o seu trabalho.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que as viaturas ligeiras eram todas híbridas, os furgões de cinco lugares eram a gasóleo, porque não existiam híbridos e os elétricos eram caríssimos. Disse terem alguns elétricos que resultavam de apoios de fundos comunitários. Relativamente às viaturas municipais, disse que houve um crescimento exponencial das unidades municipais, sobretudo com as escolas, com as novas chefias e as novas estruturas. A mobilidade dos trabalhadores no concelho era fundamental e não podia ser feita de autocarro. A título de exemplo referiu que o pessoal da habitação se deslocava sempre entre dois a três funcionários na mesma viatura. Alguns tinham algumas dificuldades em levar mais gente, porque para a boa execução das tarefas tinham que levar materiais e equipamentos na respetiva viatura.

Notou que fizeram um “upgrade” energético das viaturas municipais e iriam continuar a fazê-lo e logo que as viaturas elétricas baixassem os preços avançariam na sua aquisição. Disse estarem perante uma situação radical comparada com a situação de há 10 anos, não havia nenhum paralelo em termos de eficiência energética das atuais viaturas e das viaturas anteriores, mesmo nalgumas viaturas pesadas houve uma alteração radical. Nas viaturas pesadas do DOM a coisa estava mais complicada, no entanto, havia uma melhoria sensível relativa à chamada pegada ecológica, relativamente à mobilidade dos trabalhadores municipais.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada em minuta, por maioria, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções do PSD.

28. Deliberação n.º 423/2024 – Proposta n.º 95/2024 – DCDJ – Associação de Moradores da Aldeia Grande – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 72 a 74, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

29. Deliberação n.º 424/2024 – Proposta n.º 96/2024 – DCDJ – APPACDM Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental – Apoio financeiro



O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 75 a 77, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

30. Deliberação n.º 425/2024 – Proposta n.º 97/2024 – DCDJ/DICUL – Proposta de Deliberação sobre o Plano Estratégico Municipal Cultura Setúbal 2030 (PEMC.SET2030)

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 78 a 81.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que aquele era um documento que ultrapassava as fronteiras do executivo. Tratava-se de um exercício, que no quadro das responsabilidades autárquicas era um instrumento importante e relevante, de quem tinha a responsabilidade de governar um território em matéria de cultura teria que ter sustentabilidade. Aquele documento ajudava para a tomada de decisão e reflexão, ajudava para a tomada crítica daquilo que era a análise do olhar sobre uma matéria tão relevante como era a matéria da cultura.

Disse que foi um processo considerado de grande utilidade para o diagnóstico, o qual já continha uma grande disponibilidade de indicadores, estando à disposição de quem o pudesse consultar, ajudaria a refletir e a pensar, constituindo a cultura como eixo central do desenvolvimento dos territórios. Tratava-se de um documento que ficaria como um justo e importante instrumento de ferramenta, que serviria nos próximos anos para que a governação feita cuidadosamente e de uma forma efetiva em nome da cultura de Setúbal.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

31. Deliberação n.º 426/2024 – Proposta n.º 98/2024 – DCDJ/DIDES – Apoio Financeiro a duas provas desportivas - Centro Ciclista Azeitonense

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 82 a 84, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

32. Deliberação n.º 427/2024 – Proposta n.º 99/2024 – DCDJ/DIDES – Apoio Financeiro - Clube de Amadores de Pesca de Setúbal

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 85 a 87, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



33. Deliberação n.º 428/2024 – Proposta n.º 100/2024 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 2.º trimestre de 2024

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 88, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que os Vereadores do Partido Socialista analisaram as propostas e nada tinham a opor, pelo que iriam votar favoravelmente todas elas. Não havendo oposição faziam a proposta que a votação fosse feita em bloco, desde a deliberação n.º 429 até à deliberação n.º 448.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que nada tinham a opor, analisaram as propostas e também poderiam votá-las em bloco.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que nada tinha a opor, no entanto, tinha sido colocada uma questão no início da reunião pelo senhor Vereador Joel Marques, mas caso o senhor Vereador precisasse de justificações sobre a proposta estaria disponível.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que não precisavam de esclarecimentos sobre a proposta, a questão tinha sido colocada no âmbito de uma outra discussão, a senhora Vereadora optara por não ter dado a resposta e remetera para aquele momento, mas se quisesse dar a resposta, teriam todo o gosto em ouvi-la.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que deixava à consideração, caso pretendessem votar em bloco nada a opor, mas como tinha ficado uma suspeita que as questões não estavam acauteladas. Pelos vistos era só para manter suspeita.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que os Vereadores do PS não levantavam suspeitas, mas colocavam questões e elas depois teriam ou não respostas.

Sr. Presidente – Disse que havendo acordo sobre a votação em bloco das propostas. Colocou à votação as deliberações n.º 429 até à deliberação n.º 448, tendo sido aprovadas por unanimidade.

34. Deliberação n.º 429/2024 – Proposta n.º 133/2024 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua da Decapagem

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 89 (ver ponto 33).

35. Deliberação n.º 430/2024 – Proposta n.º 134/2024 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Av. Estuário do Sado

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 90 (ver ponto 33).

**36. Deliberação n.º 431/2024 – Proposta n.º 135/2024 – DURB/DIPU/GASIG –
Atribuição de topónimo – Largo da Terroa**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 91 (ver ponto 33).

**37. Deliberação n.º 432/2024 – Proposta n.º 136/2024 – DURB/DIPU/GASIG –
Atribuição de topónimo – Caminho António Inácio Marques da Costa**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 92 (ver ponto 33).

**38. Deliberação n.º 433/2024 – Proposta n.º 137/2024 – DURB/DIPU/GASIG –
Atribuição de topónimo – Rua do Moleiro**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 93 (ver ponto 33).

**39. Deliberação n.º 434/2024 – Proposta n.º 138/2024 – DURB/DIPU/GASIG –
Atribuição de topónimo – Caminho do Regato**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 94 (ver ponto 33).

**40. Deliberação n.º 435/2024 – Proposta n.º 139/2024 – DURB/DIPU/GASIG –
Atribuição de topónimo – Largo Joana Luísa da Gama**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 95 (ver ponto 33).

**41. Deliberação n.º 436/2024 – Proposta n.º 140/2024 – DURB/DIPU/GASIG –
Atribuição de topónimo – Travessa Maria Aboim Inglês**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 96 (ver ponto 33).

**42. Deliberação n.º 437/2024 – Proposta n.º 141/2024 – DURB/DIPU/GASIG –
Atribuição de topónimo – Rua Cesário Verde**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 97 (ver ponto 33).



43. Deliberação n.º 438/2024 – Proposta n.º 142/2024 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição e anulação de topónimo – Azinhaga Serra do Besugo

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 98 (ver ponto 33).

44. Deliberação n.º 439/2024 – Proposta n.º 143/2024 – DURB/DIGU/SAIT – Pedido de Informação Prévia sobre viabilidade de operação de loteamento - Processo n.º 12/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 99 (ver ponto 33).

45. Deliberação n.º 440/2024 – Proposta n.º 144/2024 – DURB/DIGU/SAIT – Pedido de Informação Prévia para loteamento urbano - Processo n.º 46/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 100 (ver ponto 33).

46. Deliberação n.º 441/2024 – Proposta n.º 145/2024 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de alteração de edifício habitacional - Processo n.º 110/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 101 (ver ponto 33).

47. Deliberação n.º 442/2024 – Proposta n.º 146/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação de Projeto de Arquitetura – Obras de legalização, alteração e ampliação de edifício - Processo n.º 8/24

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 102 (ver ponto 33).

48. Deliberação n.º 443/2024 – Proposta n.º 147/2024 – DURB/GAPRU – Atribuição de Título de Utilização Privativa de Recursos Hídricos para implantação de esplanadas de apoio a Quiosque - Processo n.º 75/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 103 a 112 (ver ponto 33).

49. Deliberação n.º 444/2024 – Proposta n.º 148/2024 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de proibição para reforço da segurança rodoviária na passagem de nível da Cachofarra (PK 31,670 da linha do Sul)

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 113 a 115 (ver ponto 33).

50. Deliberação n.º 445/2024 – Proposta n.º 149/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 108/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 116 a 118 (ver ponto 33).

51. Deliberação n.º 446/2024 – Proposta n.º 150/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 12m2 - Processo n.º 675/16

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 119 a 121 (ver ponto 33).

52. Deliberação n.º 447/2024 – Proposta n.º 151/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 45m2 – Monoposte - Processo n.º 676/16

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 122 a 124 (ver ponto 33).

53. Deliberação n.º 448/2024 – Proposta n.º 152/2024 – DURB/GAPGPA – Autorização de transmissão de titular de título de utilização privativa do domínio público hídrico - Apoio balnear UB2, Praia do Creiro/Portinho da Arrábida

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 125 a 129 (ver ponto 33).

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Sr. Presidente - Considerando o atual período em que havia muita gente de férias, propunha que a próxima reunião tivesse lugar no dia 14 de agosto e depois no início de setembro voltariam à regularidade daquilo que estava estabelecido.

Disse que também era do conhecimento dos vereadores que as propostas para as medalhas por parte dos vereadores deveriam chegar até ao final do mês de julho, no sentido de haver uma proposta conjunta para levar na reunião de 14 de agosto.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte horas e dezassete minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 06 de novembro de 2024, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 42 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

A Chefe de Divisão de Administração Geral,



Sofia Isabel Lopes Casas Novas

Elaborada por:
Vitor Marcos

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio